

MANIFESTAÇÃO

Exm^a Procuradora Geral de Justiça,

Dr^a Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

Os Centros de Apoio da Criança e do Adolescente (CAOCA) e Criminal (CAOCRIM) vêm unindo esforços para implementar a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, nos municípios do nosso estado.

Dentre outras iniciativas, foram promovidas articulações com o Poder Judiciário, através da Coordenação da Infância e Juventude - CIJ do TJBA, com a Secretaria de Segurança Pública, através da Delegada Geral da Polícia Civil e da Diretoria do Departamento de Polícia Técnica, com a Defensoria Pública Estadual e mais recentemente com a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia.

Como fruto das articulações, foi elaborada a minuta de **Termo de Cooperação Interinstitucional** em anexo, visando a efetivação da sistemática do depoimento especial no sistema de justiça, no intuito de superar óbices reiteradamente indicados pelos promotores de justiça para que a lei seja devidamente cumprida em suas comarcas.

O Termo de Cooperação especifica os compromissos sob a responsabilidade de cada instituição, cabendo ao Ministério Público do Estado da Bahia (cláusulas 2ª e 4ª do Termo), em síntese, difundir entre os membros e servidores a necessidade da atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, recomendando aos promotores de justiça o cumprimento do fluxo integrante do Termo de Cooperação, promovendo capacitações continuadas na temática, fortalecendo a atuação integrada entre as diversas áreas do Ministério Público, **notadamente a criminal e a infância e juventude**, entre si e com os demais órgãos do sistema de justiça, de modo a assegurar a eficácia na adoção e acompanhamento de medidas de proteção que preservem a integridade física e psíquica das crianças e dos adolescentes vítimas/testemunhas de violência.

Destacamos que, em cumprimento ao disposto no art. 174 da Lei Estadual nº 9.433/2005 e, considerando a inexistência de repasse de recursos financeiros entre os partícipes, as informações que deveriam constar em Plano de Trabalho já estão incluídas nas cláusulas deste Termo de Cooperação, bem como no Fluxo a ele anexado e dele integrante, constando na Cláusula Décima Segunda do Termo a presente justificativa (item 12.4).

Válido registrar que a articulação promovida e a cooperação interinstitucional ora proposta integram iniciativa contemplada no Planejamento Estratégico do MPBA no **item 5.1.8 do PE[1]**, estando correlacionada também ao **Objetivo 1.4 da Ação 17 do Planejamento Estratégico Nacional (PEN) do CNMP[2]**.

Diante do exposto, considerando a relevância da cooperação interinstitucional entre MPBA, TJBA, SSP e DPE para a implementação da Lei nº 13.431/2017 e proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em nosso estado, encaminhamos o expediente para a apreciação de Vossa Excelência, na expectativa de consolidarmos as parcerias interinstitucionais.

* Seguem em anexo:

- Minuta do Termo de Cooperação Interinstitucional;
- Fluxo do Sistema de Justiça (Anexo do Termo de Cooperação);
- Mensagem eletrônica de encaminhamento da minuta para as demais instituições parceiras, visando a análise e aprovação pelas respectivas Chefias institucionais.
- Ofício e Despachos da Diretora Geral da Polícia Civil, com manifestação favorável à aprovação do Termo de Cooperação e encaminhamentos;
- Mensagem eletrônica da Coordenação de Contratos e Convênios da DPE/BA, com sugestões de acréscimos já inseridos na minuta ora encaminhada.

[1] PE do MPBA - Item 5.1.18: **Promover a articulação com os Poderes Executivo e Judiciário e com a sociedade civil organizada, no sentido de viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas para a implementação da escuta especializada e do depoimento especial no âmbito de cada município e a capacitação dos facilitadores.**

[2] **Objetivo 1.4. Programa:** Fortalecimento dos sistemas de garantia dos direitos da criança e do adolescente. **Ação: 17. Articulação para implementação da escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes.**

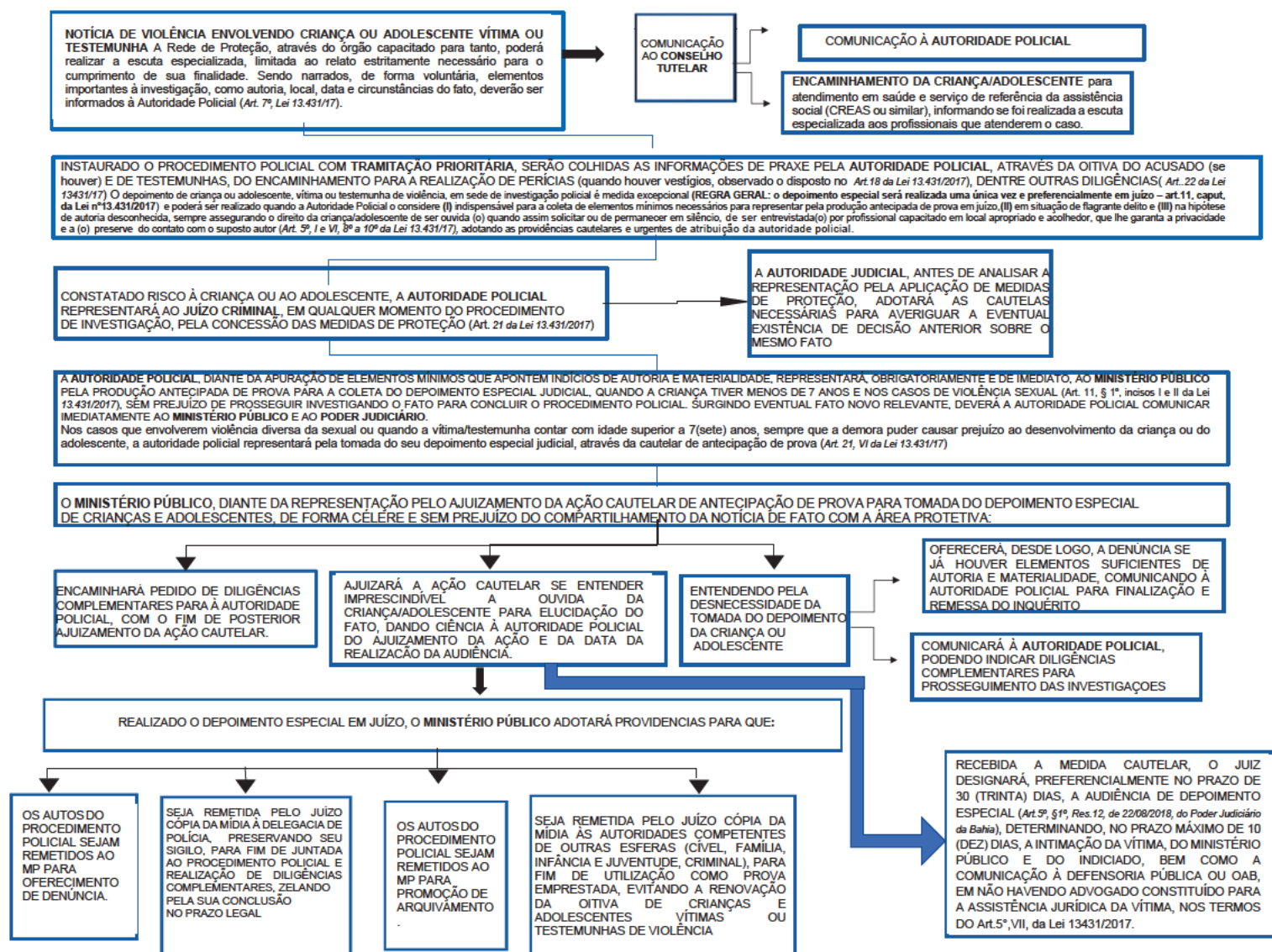


Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rabelo Sandes** em 11/11/2021, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0233208** e o código CRC **7FE77630**.

Fluxo para Implementação da Lei nº 13.431/2017 – SISTEMA DE JUSTIÇA



TERMO DE COOPERAÇÃO E FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017

Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Qui, 14/10/2021 21:25

Para: CIJ Bahia <cijbahia@tjba.jus.br>; Coordenação da Criança e do Adolescente <coordenacao.infancia@defensoria.ba.def.br>; Policia Civil GDG <policiacivil.gdg@pcivil.ba.gov.br>; ajsouza@tjba.jus.br <ajsouza@tjba.jus.br>; gisele.pereira@defensoria.ba.def.br <gisele.pereira@defensoria.ba.def.br>; Simone Moutinho <siborges2020@gmail.com>; mario camara <mario.camara@dpt.ba.gov.br>; anacarolinetrabuco@hotmail.com <anacarolinetrabuco@hotmail.com>; anacaroline@eabl.com.br <anacaroline@eabl.com.br>

Cc: Caocrim <caocrim@mpba.mp.br>; Andre Luis Lavigne Mota <andrelavigne@mpba.mp.br>; Karine Campos Espinheira <karine@mpba.mp.br>; Marcos Almeida Coelho <mcoelho@mpba.mp.br>

A Sua Excelência Senhor

Desembargador Salomão Pinto Resedá

Coordenador da CIJ - Coordenação da Infância e Juventude

Tribunal de Justiça da Bahia

A Sua Excelência Senhora

Defensora Pública Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

Coordenadora da Defensoria Pública Especializada dos Direitos das Crianças e do Adolescentes (DEDICA)

Defensoria Pública do Estado da Bahia

A Sua Excelência Senhora

Delegada Heloísa Campos de Brito

Delegada Geral do Estado da Bahia

Polícia Civil do Estado da Bahia - SSP/BA

A Sua Excelência Senhora

Ana Caroline Silva Trabuco Santos

Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da OAB-BA

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia

Prezados(as) Senhores(as),

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a **minuta do Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia**, elaborados coletivamente pelo MPE, TJBA, DPE, POLICIA CIVIL/SSP e OAB-BA, analisados em reunião realizada na tarde de hoje, já contemplando as alterações sugeridas e a inclusão da OAB-BA, ao tempo em que solicito a valiosa intermediação de Vossas Excelências para que os documentos sejam avaliados pelas respectivas chefias institucionais, no sentido de promoverem as derradeiras adequações porventura necessárias.

No ensejo, solicito a indicação de um representante dessa honrada instituição para participar de evento virtual no **dia 19/11/2021, das 9:00 às 12:00 horas**, nominado **Aspectos Práticos da Lei nº13.431/2017**, quando apresentaremos e debateremos com os diversos atores do Sistema de Justiça o fluxo acordado para a implementação da Lei nº13.431/2017 no estado da Bahia.

Na expectativa da aprovação e posterior assinatura do Termo de Cooperação Interinstitucional, em data a ser acordada na reunião do **dia 26/11/2021, 14:00 h**, via Teams, renovo as manifestações de elevado apreço e distinta consideração, agradecendo pela rica contribuição prestada para o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente em nosso estado.

Atenciosamente,

Marcia Rabelo Sandes

Promotora de Justiça

Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia -CAB, nº750,

Salvador/BA, CEP: 41.745-004

Tel: (71) 3103-0356/0175



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA
ASSESSORIA TÉCNICA 01 - PCBA/GDG/ASTEC1

Ofício GDG nº 3740/2021.

Ref. Processo SEI 01262482021006186024.

Salvador, 10 de novembro de 2021.

À Sua Excelência a Senhora

Marcia Rabelo Sandes

Promotora de Justiça/Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

Ministério Público do Estado da Bahia

e-mail: marciarabelo@mpba.mp.br

Senhora Promotora:

Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção ao e-mail enviado por Vossa Excelência a esta Instituição, que versa sobre minuta de Termo de Cooperação Técnica e Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017, nas Comarcas do Estado da Bahia, a ser celebrado entre o TJBA, MPE, DPE, SSP e OAB, informamos que teve manifestação favorável desta Chefia de Polícia e, por sua vez, enviada a proposta ao Senhor Secretário da Segurança Pública para deliberação superior.

Por outro lado, acerca da indicação solicitada de um representante da Polícia Civil da Bahia para participar de evento virtual no dia 19/11/2021, das 9:00 às 12:00 horas, nominado Aspectos Práticos da Lei nº13.431/2017, apresentamos como ponto focal desta Instituição **a Delegada de Polícia Luciana São Mateus Carvalho Valverde, matrícula nº 20410037, e-mail: luciana.valverde@pcivil.gov.br, telefone: 71 3116-6608.**

Atenciosamente.

Heloísa Campos de Brito

Delegada - Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia

Dê-se conhecimento à DPC Luciana Valverde (GDG/ASTEC4).



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Campos de Brito, Delegado Geral**, em 10/11/2021, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **00038500301** e o código CRC **45F7AC70**.

POLÍCIA CIVIL: “200 ANOS A SERVIÇO DA SOCIEDADE”

Referência: Processo nº 012.6248.2021.0061860-24

SEI nº 00038500301



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA - PCBA
ASSESSORIA TÉCNICA 01 - PCBA/GDG/ASTEC1

PROCESSO:	012.6248.2021.0061860-24
OBJETO:	TERMO DE COOPERAÇÃO E FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017
ÓRGÃO INTERESSADO:	TJBA

DESPACHO

Cuida o presente processo de proposta de Termo de Cooperação Técnica, tendo como partes: o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e a Secretaria da Segurança Pública, tendo como interveniente a Polícia Civil da Bahia, bem como apresenta fluxo para a implementação da Lei nº 13.431/2017 (docs. 00037374119 e 00037374429).

O objeto do presente instrumento, em síntese, visa fomentar a aplicação da Lei Federal nº 13.431/2017, em todas as Comarcas do Estado, ajustando fluxos pertinentes ao atendimento da norma em vigor.

Submetida a esta Chefia de Polícia Civil, via e-mail, temos a expor e considerar o seguinte:

De logo, somos favoráveis ao Termo de Cooperação Técnica, por se tratar de mais uma forma de estreitar relações entre os Poderes, no sentido de melhor defendermos o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, sobretudo com o advento da Lei Federal nº 13.431/2017.

As atribuições da Secretaria da Segurança Pública estão elencadas na “Cláusula Sexta”, expressas nos itens 6.1 a 6.16, recomendando, em suma, aos Delegados de Polícia e demais integrantes do sistema de carreira policial civil, aprimoramento profissional relacionado à matéria; acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de violência em espaço adequado; prioridade absoluta na investigação envolvendo criança vítima de violência; escuta especializada e construção de salas de escuta especializada nas sedes das Coordenadorias Regionais, todas em consonância com a Lei nº 8069/1990 e da Lei 13.431/2017.

Cumpre-nos observar que os itens 6.13, 6.14, 6.15 e 6.16 dizem respeito às atribuições do Departamento de Polícia Técnica, cuja manifestação técnica dessa Diretoria - Geral poderá contribuir na confecção da construção do presente Termo de Cooperação.

É de pôr em relevo, ainda, parte trazida no fluxo para implementação da norma, que dentre as atribuições da Autoridade Policial destaca-se:

"O depoimento de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência, em sede de investigação policial é medida excepcional (REGRA GERAL: o depoimento especial será realizada uma única vez e preferencialmente em juízo – art.11, caput, da Lei nº13.431/2017) e poderá ser realizado quando a Autoridade Policial o considere (I) indispensável para a coleta de elementos mínimos necessários para representar pela produção antecipada de prova em juízo,(II) em situação de flagrante delito e (III) na hipótese de autoria desconhecida, sempre assegurando o direito da criança/adolescente de ser ouvida (o) quando assim solicitar ou de

permanecer em silêncio, de ser entrevistada(o) por profissional capacitado em local apropriado e acolhedor, que lhe garanta a privacidade e a (o) preserve do contato com o suposto autor (Art. 5º, I e VI, 8º a 10º da Lei 13.431/17), adotando as providências cautelares e urgentes de atribuição da autoridade policial"

A iniciativa é oportuna, e já vimos nos empenhando para atendê-la, fomentando policiais civis a participarem de cursos em outros Estados e incluindo a matéria nos cursos de capacitação realizados na Academia de Polícia Civil - ACADEPOL.

Registra-se, ademais, que em Salvador e na Região Metropolitana de Salvador - RMS, as vítimas de violência sexual são atendidas pelo Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, mais conhecido como Projeto Viver. O serviço é mantido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado e funciona no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, na Avenida Centenário e, também, no Complexo Policial em Periperi, nesta Cidade.

O Viver dispõe de equipe multidisciplinar formada por equipe de profissionais que visa prestar todo atendimento e acompanhamento às vítimas de abuso sexual.

Outrossim, em que pese as dificuldades orçamentária - financeira decorrente da crise nacional e de saúde mundial que impactaram no serviço público deste Estado, não obstante, já integra nas ações da Polícia Civil da Bahia a implantação da sala especial de atendimento das crianças vítimas ou testemunhas de violência, notoriamente o planejamento para implantação de sala de escuta especializada e do depoimento especial, em conformidade com os artigos 7º a 12 da Lei nº 13.431/2017.

Assim, com as nossas ressalvas apresentadas acima, **nos posicionamos a favor do Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça da Bahia, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e a Secretaria da Segurança Pública da Bahia.**

Esta é a nossa manifestação.

A o **Gabinete do Senhor Secretário da Segurança Pública** para ciência e deliberação superior.

Em, 08/11/2021.

Heloísa Campos de Brito

Delegada - Geral da Polícia Civil do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Campos de Brito, Delegado Geral**, em 09/11/2021, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00038350052** e o código CRC **4519A1B2**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
ASSESSORIA ESPECIAL - SSP/GAB/ASSESP

PROCESSO:	012.6248.2021.0061860-24
OBJETO:	Proposta de <u>Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei Federal nº 13.431/2017</u> , tendo como partes: o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Ordem dos Advogados do Brasil e a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, tendo como interveniente a Polícia Civil da Bahia.
ÓRGÃOS INTERESSADOS:	TJBA - MPBA - DPE-BA - OAB/BA - SSP/BA - PCBA

DESPACHO

De ordem, encaminhe-se ao Sr. **Diretor-Geral do DPT** para análise e manifestação dos **itens 6.12, 6.13, 6.14, 6.15 e 6.16** que se referem a atuação dessa digna Diretoria no corpo da minuta do **Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei Federal nº 13.431/2017 (doc. SEI Nº 00037374429)**, no **prazo de 03 (TRÊS) dias**.

Em 10 de novembro de 2021.

KLEUBER OLIVEIRA MENEZES

Delegado de Polícia Civil/Classe Especial

Assessoria Especial

GASEC



Documento assinado eletronicamente por **Kleuber Oliveira Menezes, Assessor Especial**, em 10/11/2021, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00038461035** e o código CRC **1D21AE80**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA - DPT
DIRETORIA GERAL DO DPT - DPT/DGDPT

PROCESSO:	012.6248.2021.0061860-24
OBJETO:	TERMO DE COOPERAÇÃO E FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017
ÓRGÃO INTERESSADO:	TJBA - MPBA - DPE-BA - OAB/BA - SSP/BA - PCBA

DESPACHO

Encaminhe-se ao **Senhor Diretor do IMLNR e ao Senhor Diretor do Interior** para manifestação sobre o tema, devendo observar o prazo fixado de **03 (TRÊS) dias**.

Salvador, 10 de novembro de 2021

Dr. Jorge Borges dos Santos
Chefe de Gabinete do Departamento de Polícia Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Borges dos Santos, Chefe de Gabinete**, em 10/11/2021, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00038481596** e o código CRC **75784509**.


Termo de Cooperação - Escuta Protegida

Isabela Ribeiro de Araujo <isabela.araujo@defensoria.ba.def.br>

Qua, 03/11/2021 16:54

Para: Cij Bahia <cijbahia@tjba.jus.br>; Coordenação da Criança e do Adolescente <coordenacao.infancia@defensoria.ba.def.br>; Policia Civil GDG <policiacivil.gdg@pcivil.ba.gov.br>; ajsouza@tjba.jus.br <ajsouza@tjba.jus.br>; Def. Gisele Aguiar Ribeiro Pereira <gisele.pereira@defensoria.ba.def.br>; Simone Moutinho <siborges2020@gmail.com>; mario camara <mario.camara@dpt.ba.gov.br>; anacarolinetrabuco@hotmail.com <anacarolinetrabuco@hotmail.com>; anacaroline@eabl.com.br <anacaroline@eabl.com.br>; Caocrim <caocrim@mpba.mp.br>; Andre Luis Lavigne Mota <andrelavigne@mpba.mp.br>; Karine Campos Espinheira <karine@mpba.mp.br>; Marcos Almeida Coelho <mcoelho@mpba.mp.br>; Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Cc: Mariana Nascimento Sotero Campos <mariana.campos@mpba.mp.br>; Assessoria da Presidência 2 <aep2@tjba.jus.br>

 1 anexos (927 KB)

Minuta de Termo de Cooperação (Escuta protegida).pdf;

Prezados Senhores, boa tarde!

Com os melhores cumprimentos, venho por meio deste, encaminhar a minuta do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o MP/BA, o TJ/BA, a DPE/BA e a SSP/BA, com ajustes organizacionais feitos pela Coordenação de Contratos e Convênios da DPE/BA, e sugestões de alteração, para análise e deliberação de todos os interessados.

Dentre as alterações realizadas, destaco a sugestão de **inclusão da Cláusula Décima-Terceira (Da Proteção de Dados), e supressão dos dados pessoais (RG e CPF) dos representantes das Instituições Cooperantes, em atendimento à Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**, uma vez que a celebração e execução da referida parceria não está atrelada ao tratamento de dados dos dirigentes do órgãos signatários; bem como **inclusão do tópico 12.4, na Cláusula Décima Segunda, a fim de justificar a ausência de Plano de Trabalho.**

No mais, me encontro à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


oto

Isabela Ribeiro De Araújo

Analista Técnica De Direito

Coordenação De Contratos E Convênios

Defensoria Pública Do Estado Da Bahia

Phone: [+55 \(71\) 3117-1233](tel:+55(71)3117-1233)

Address: [Avenida Ulysses Guimarães, nº 3386 - Sussuarana](#) - CEP: 41.745-007. Salvador-BA

"As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são para uso restrito, com sigilo protegido por lei. Caso não seja o destinatário, favor apagar esta mensagem e notificar o remetente. O uso impróprio das informações desta mensagem será tratado conforme a legislação em vigor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Reitero na íntegra a manifestação da coordenação do CAOCA.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Lavigne Mota** em 11/11/2021, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0233467** e o código CRC **F14AEB15**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 11/11/2021, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0233651** e o código CRC **CAF5260F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando o ajuste solicitado pela OAB na redação da cláusula sétima, referente aos seus compromissos institucionais, anexo a minuta atualizada do Termo de Cooperação Interinstitucional, bem como as mensagens eletrônicas encaminhadas pela OAB e pela Diretoria da Polícia Técnica - DPT, confirmando a parceria interinstitucional.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rabelo Sandes** em 02/12/2021, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0250043** e o código CRC **F3B66AA1**.

Re: TERMO DE COOPERAÇÃO E FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017

Ana Caroline Santos <anacaroline@eabl.com.br>

Sex, 12/11/2021 11:39

Para: Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Prezada Dra. Márcia Rabelo, bom dia!

Inicialmente, peço que aceite meu pedido de desculpas pelo atraso no retorno.

Como conversamos ontem por telefone, enquanto Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da OAB, Seccional Bahia, me comprometi inadvertidamente com a disponibilização de advogados para atuarem na defesa de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nas comarcas nas quais não haja Defensor Público.

Tratando do assunto com o Presidente da OAB/BA, Dr. Fabrício de Castro Oliveira, foi pontuada a dificuldade de assumirmos tal compromisso, eis que a questão do pagamento dos honorários devidos aos advogados dativos está *sub judice* com o Estado da Bahia, de modo que, no momento, só poderemos nos comprometer, enquanto instituição, com os itens 7.1 e 7.3 da cláusula sétima do Termo de Cooperação - Implementação Lei 13431/2017 (a serem renumerados).

Assim, pedimos *venia* para requerer **a exclusão do item 7.2** "Disponibilizar advogado para a prestação da assistência qualificada jurídica da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso VII, da Lei 13.431/2017, nas comarcas em que não houver defensor público;" - da referida cláusula sétima, após o que aprovaremos a assinatura do termo.

Certa da compreensão, permanecemos à disposição para o que se fizer necessário.

Cordialmente,

Ana Caroline Trabuco

OAB/BA 18.634 - Cel. (71) 9963.9840



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
BARACHÍSIO LISBÔA

www.eabl.com.br

Rua Miguel Calmon, 532,
Ed. Cidade do Crato, 4º Andar
CEP: 40015-010.
Tel: (55-71) 3319-0300
Fax: (55-71) 3319-0315
Salvador - BA

AV. Dr. José Machado de
Souza, 120 - Cond. Horizonte
Jardins Offices - Sala: 819 -
Jardins - CEP 49025-740
Tel/Fax: (55-79) 3085-5007
Aracaju - SE

Rua Alexandre Herculano, 197
Edf. Vistamar Premium Offices,
20º andar - Sala: 2008 - Gonzaga
CEP 11050-031
Tel: (55-13) 3321.6776
Santos - SP

-----Original Message-----

From: Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

To: CIJ Bahia <cijbahia@tjba.jus.br>, Coordenação da Criança e do Adolescente <coordenacao.infancia@defensoria.ba.def.br>, PoliciaCivil GDG <policiacivil.gdg@pcivil.ba.gov.br>, "ajsouza@tjba.jus.br" <ajsouza@tjba.jus.br>, "gisele.pereira@defensoria.ba.def.br" <gisele.pereira@defensoria.ba.def.br>, Simone Moutinho <siborges2020@gmail.com>, mario camara <mario.camara@dpt.ba.gov.br>, "anacarolinetrabuco@hotmail.com" <anacarolinetrabuco@hotmail.com>, "anacaroline@eabl.com.br" <anacaroline@eabl.com.br>

Cc: Caocrim <caocrim@mpba.mp.br>, Andre Luis Lavigne Mota <andrelavigne@mpba.mp.br>, Karine Campos Espinheira <karine@mpba.mp.br>, Marcos Almeida Coelho <mcoelho@mpba.mp.br>

Date: Fri, 15 Oct 2021 00:25:42 +0000

Subject: TERMO DE COOPERAÇÃO E FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017

A Sua Excelência Senhor

Desembargador Salomão Pinto Resedá

Coordenador da CIJ - Coordenação da Infância e Juventude

Tribunal de Justiça da Bahia

A Sua Excelência Senhora

Defensora Pública Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

Coordenadora da Defensoria Pública Especializada dos Direitos das Crianças e do Adolescentes (DEDICA)

Defensoria Pública do Estado da Bahia

A Sua Excelência Senhora

Delegada Heloísa Campos de Brito

Delegada Geral do Estado da Bahia

Polícia Civil do Estado da Bahia - SSP/BA

A Sua Excelência Senhora

Ana Caroline Silva Trabuco Santos

Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da OAB-BA

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia

Prezados(as) Senhores(as),

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a **minuta do Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia**, elaborados coletivamente pelo MPE, TJBA, DPE, POLICIA CIVIL/SSP e OAB-BA, analisados em reunião realizada na tarde de hoje, já contemplando as alterações sugeridas e a inclusão da OAB-BA, ao tempo em que solicito a valiosa intermediação de Vossas Excelências para que os documentos sejam avaliados pelas respectivas chefias institucionais, no sentido de promoverem as derradeiras adequações porventura necessárias.

No ensejo, solicito a indicação de um representante dessa honrada instituição para participar de evento virtual no **dia 19/11/2021, das 9:00 às 12:00 horas**, nominado **Aspectos Práticos da Lei nº13.431/2017**, quando apresentaremos e debateremos com os diversos atores do Sistema de Justiça o fluxo acordado para a implementação da Lei nº13.431/2017 no estado da Bahia.

Na expectativa da aprovação e posterior assinatura do Termo de Cooperação Interinstitucional, em data a ser acordada na reunião do **dia 26/11/2021, 14:00 h**, via Teams, renovo as manifestações de elevado apreço e distinta consideração, agradecendo pela rica contribuição prestada para o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente em nosso estado.

Atenciosamente,

Marcia Rabelo Sandes

Promotora de Justiça

Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia -CAB, nº750,

Salvador/BA, CEP: 41.745-004

Tel: (71) 3103-0356/0175

TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - APLICAÇÃO DA LEI 13.431/2017

Jorge Borges dos Santos <jorge.santos3@dpt.ba.gov.br>

Sex, 26/11/2021 17:16

Para: Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Excelentíssima Senhora

Márcia Rabelo

MP/BA

Em relação à solicitação de avaliação da minuta do Termo de Cooperação Interinstitucional que versa sobre a aplicação da Lei 13.431/2017, este Departamento de Polícia Técnica, após análise dos Senhores Diretores do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, da Diretoria do Interior e deste Gabinete, não foi vislumbrado qualquer óbice em relação ao texto, especialmente após a explicação da Cláusula Sexta, 6.14, que fala em disponibilização de espaços adequados ao atendimento pericial de crianças e adolescentes, não significando construção ou reforma de rede física de nenhuma das nossas Unidades, principalmente do interior do Estado.

Atenciosamente,

Jorge Borges dos Santos

Chefia de Gabinete - DPT

3116-8702/03 (71) 99611-8732 / (71)99904-6278



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 03/12/2021, às 08:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0250283** e o código CRC **5614BE8B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.02168.0020261/2021-50

ORIGEM: DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

ASSUNTO: TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

EMENTA: MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017. PROTEÇÃO INTEGRAL E EFETIVA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 171 E 174, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELO DEFERIMENTO E APROVAÇÃO DA MINUTA.

PARECER Nº. 652/2021

Trata-se de minuta de Termo de Cooperação Interinstitucional, a ser firmado entre o **Ministério Público do Estado da Bahia**, a **Defensoria Pública do Estado da Bahia**, o **Estado da Bahia**, por intermédio da **Secretaria da Segurança Pública**, com interveiência da **Policia Civil do Estado da Bahia**, a **Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia** e o **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, com vistas a **implementar a Lei nº 13.431/2017 em todas as comarcas do Estado da Bahia, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, sem envolver a transferência de recursos financeiros.

Consoante demonstrado no expediente em epígrafe (0233208), *in litteris*:

“(...) Os Centros de Apoio da Criança e do Adolescente (CAOCA) e Criminal (CAOCRIM) vêm unindo esforços para implementar a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, nos municípios do nosso estado.

Dentre outras iniciativas, foram promovidas articulações com o Poder Judiciário, através da Coordenação da Infância e Juventude – CIJ do TJBA, com a Secretaria de Segurança Pública, através da Delegada Geral da Polícia Civil e da Diretoria do Departamento de Polícia Técnica, com a Defensoria Pública Estadual e mais recentemente com a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia.

Como fruto das articulações, foi elaborada a minuta de Termo de Cooperação Interinstitucional em anexo, visando a efetivação da sistemática do depoimento especial no sistema de justiça, no intuito de superar óbices reiteradamente indicados pelos promotores de justiça para que a lei seja devidamente cumprida em suas comarcas.

O Termo de Cooperação especifica os compromissos sob a responsabilidade de cada instituição, cabendo ao Ministério Público do Estado da Bahia (cláusulas 2ª e 4ª do Termo), em síntese, difundir entre os membros e servidores a necessidade da atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, recomendando aos promotores de justiça o cumprimento do fluxo integrante do Termo de Cooperação, promovendo capacitações continuadas na temática, fortalecendo a atuação integrada entre as diversas áreas do Ministério Público, notadamente a criminal e a infância e juventude, entre si e com os demais órgãos do sistema de justiça, de modo a assegurar a eficácia na adoção e acompanhamento de medidas de proteção que preservem a integridade física e psíquica das crianças e dos adolescentes vítimas/testemunhas de violência. (...)”

O Termo de Cooperação se constitui em instrumento congênere ao convênio, em que os interesses dos convenientes são comuns e convergentes, o que o distingue do contrato administrativo, entendimento pacífico também no Tribunal de Contas da União:

No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em variadas deliberações do Plenário, tais como o Acórdão nº 1.369/2008, Acórdão nº 936/2007, Acórdão nº 1.663/2006, Acórdão nº 1.607/2003 e Decisão nº 118/2000.¹

A doutrina destaca que o permissivo legal é extraído do art. 116 da Lei nº. 8.666/1993, que corresponde ao art. 170 e seguintes da Lei Estadual nº. 9.433/2005². No instrumento sob análise foram fixadas as cláusulas essenciais e caracterizado o objeto, além de registradas, dentre outras, as condições, compromissos das partes, a vigência, a publicidade e a forma rescisória, na forma dos artigos 171 e 174 da Lei Baiana de Licitações e Contratos Administrativos.

Considerando que foram obedecidas as prescrições legais e, caso a Procuradoria-Geral de Justiça entenda que há interesse administrativo no objeto do acordo, **esta Assessoria Jurídica é favorável à celebração da avença, aprovando a minuta ora encaminhada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 03 de dezembro de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula [REDACTED]

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula [REDACTED]

¹ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº. 1.457/2009, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo.

² Art. 170 - Constitui o convênio uma forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, distinguindo-se dos contratos pelos principais traços característicos: I - igualdade jurídica dos partícipes; II - não persecução da lucratividade; III - possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste; IV - diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe; V - responsabilidade dos partícipes limitada, exclusivamente, às obrigações contraidas durante o ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 1/ 12, 2021, às 00h:00:00, de acordo com o art. 10.º da Lei nº 11.127/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Matos Santos Cerqueira** em 1/ 12, 2021, às 00h:00:00, de acordo com o art. 10.º da Lei nº 11.127/2021.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemasfmp.afmp.r2sei2ontrolador_externofhp?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0250638** e o código CRC **975EFC7F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 652/2021, relativo ao Termo de Cooperação Interinstitucional, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com interveiência da Polícia Civil do Estado da Bahia, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com vistas a implementar a Lei nº 13.431/2017 em todas as comarcas do Estado da Bahia, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, sem envolver a transferência de recursos financeiros.

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para ciência e deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 11/02/2021, às 15:11h, conforme artº 1º da Lei nº 11.000/2006, em 11/02/2021.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei2.sistemas.mp.br/sei2/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0250804** e o código CRC **E3C896F7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Considerando ser de interesse deste Ministério Público, retorne-se o presente procedimento à DCCL para que, em interlocução com o CAOCA, identifique a forma da assinatura.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 11/09/2021, às 10h:51min, conforme o art. 1º, III, da Lei 11.343/2006 e o art. 1º, § 1º, da Lei 11.343/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpeba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0252435** e o código CRC **E243AE03**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação da Consultoria do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia (doc anexo) encaminhada a esta Coordenação por e-mail (como destinatário copiado), encaminhamos o expediente à Coordenação do CAOCA, a fim de que sejam adotadas as eventuais providências pertinentes à elaboração de Plano de Trabalho.

Para tanto, e a fim de auxiliar o Centro de Apoio na formalização da avença, encaminhamos modelo de Plano de Trabalho para análise e ajustes conforme alinhamento com os demais partícipes.

Salientamos que o modelo encaminhado foi utilizado para a celebração de avença semelhante, celebrada junto ao município de Vitória da Conquista.

Após, solicitamos a devolução do expediente para nova manifestação da Assessoria Jurídica, acerca do instrumento final (Plano de Trabalho) elaborado em conjunto com os demais parceiros.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 07/12/2021, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0253787** e o código CRC **E3B437E5**.


Re: ENCAMINHA MINUTA ATUALIZADA - TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - DEPOIMENTO ESPECIAL

Assessoria da Presidência 2 <aep2@tjba.jus.br>

Sex, 03/12/2021 19:14

Para: Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Cc: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; MARCOS NOVAES <mmlfnovaes@tjba.jus.br>

 2 anexos (137 KB)

Parecer Consultoria.pdf; Assinatura de email - aep2.jpg;

A Sua Excelência a Senhora

Promotora de Justiça MARCIA RABELO SANDES

Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

Ministério Público do Estado da Bahia

Com cordiais cumprimentos, de ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargador Lourival Almeida Trindade, considerando as tratativas para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional, visando implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do Estado da Bahia, sirvo-me da presente comunicação para manifestar ciência à nova minuta apresentada, e informar o que segue:

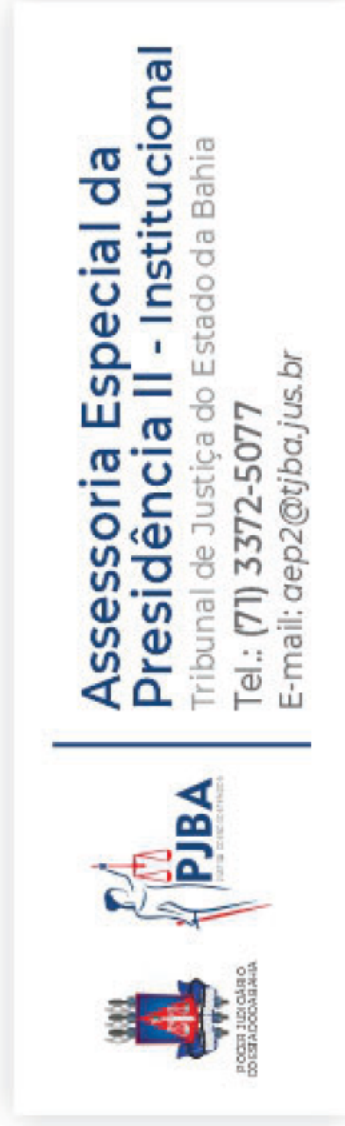
A Defensoria Pública do Estado da Bahia encaminhou a este Tribunal de Justiça, em novembro deste ano, minuta do Termo de Cooperação constando a inclusão da Cláusula Décima-Terceira (Da Proteção de Dados), em atendimento à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como a inclusão do tópico 12.4, na Cláusula Décima Segunda, a fim de justificar a ausência de Plano de Trabalho.

Ao analisar a aludida minuta encaminhada pela DPE/BA, a Consultoria Jurídica deste Tribunal de Justiça, emitiu o Parecer n. 2311/2021, pelo qual opinou pela viabilidade jurídica de sua assinatura, condicionada à apresentação do Plano de Trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que a minuta mais recente do Termo de Cooperação, enviada por este Ministério Público da Bahia, já fora recebida por este TJBA, e considerando que não houve encaminhamento do Plano de Trabalho correspondente, encaminho a cópia do referido Parecer, para conhecimento de Vossa Excelência.

No ensejo, renovo votos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que destaco que esta Assessoria Especial da Presidência II encontra-se à disposição para prestar eventuais esclarecimentos, porventura, necessários.

Respeitosamente,



De: "Marcia Rabelo Sandes" <marciarabelo@mpba.mp.br>

Para: aep2@tjba.jus.br

Cc: "Paula Souza de Paula" <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviadas: Sexta-feira, 3 de dezembro de 2021 13:15:40

Assunto: ENCAMINHA MINUTA ATUALIZADA - TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - DEPOIMENTO ESPECIAL

A Sua Excelentíssimo Doutor

Fábio Alexandro Costa Bastos

DD. Juiz Assessor Especial da Presidência (AEP II) - Assuntos Institucionais

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a **minuta atualizada do Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia**, elaborados coletivamente pelo TJBA, MPE, DPE, POLICIA CIVIL/SSP e OAB-BA, já contemplando as alterações sugeridas pelos órgãos partícipes, inclusive justificativa expressa quanto à inclusão no texto do Termo de Cooperação, nas cláusulas que especificam os compromissos institucionais, das informações inerentes ao Plano de Trabalho, em cumprimento ao disposto no art.174 da Lei nº9.433/2005 (**Cláusula Décima Segunda, item 12.4**), ressaltando-se a inexistência de repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

O mesmo expediente vem sendo acompanhado pela Diretoria de Convênios e Contratos do Ministério Público Estadual, através do **SEI_19.09.02168.0020261_2021_50**, na pessoa de Paula Souza de Paula, ora copiada.

Agradeço a atenção dispensada por Vossa Excelência, permanecendo à disposição para colaborar na eficiente tramitação administrativa dessa valiosa cooperação interinstitucional entre os órgãos do sistema de justiça, em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes.

No ensejo, renovo as manifestações de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Marcia Rabelo Sandes
Promotora de Justiça
Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia -CAB, nº750,
Salvador/BA, CEP: 41.745-004
Tel: (71) 3103-0356/0175



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando que o PLANO DE TRABALHO, referente ao Termo de Cooperação Interinstitucional para implementação da Lei 13.431/2017, já foi elaborado e encaminhado para a Assessoria Especial da Presidência do TJBA, conforme documentos em anexo, determino o retorno do expediente à DCCL, para os ulteriores termos.

Solicito o apoio da DCCL para ajustar com a Assessoria Especial da Presidência do TJBA a melhor forma de lançamento da assinatura, estando previamente ajustado com os partícipes a disponibilidade das datas de 13/12, turno vespertino ou 15/12, turno matutino, oportunidade em que ocorrerá a assinatura de outro Termo de Cooperação entre MPBA e TJBA, referente ao PROJURJ - Programa de Justiça Restaurativa Juvenil.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rabelo Sandes** em 12/12/2021, às 20:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0257483** e o código CRC **63A595D6**.


RE: ENCAMINHA MINUTA ATUALIZADA - TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - DEPOIMENTO ESPECIAL

Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Ter, 07/12/2021 16:45

Para: Assessoria da Presidência 2 <aep2@tjba.jus.br>

Cc: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; MARCOS NOVAES <mmlfnovaes@tjba.jus.br>

 1 anexos (209 KB)

PLANO DE TRABALHO - TERMO DE COOPERAÇÃO DA LEI 13.431.2017 - DEPOIMENTO ESPECIAL.docx;

A Sua Excelentíssimo Doutor

Fábio Alexsandro Costa Bastos

DD. Juiz Assessor Especial da Presidência (AEPII) - Assuntos Institucionais

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Parecer n. 2311/2021 da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça, opinando pela viabilidade jurídica da assinatura do **Termo de Cooperação Interinstitucional**, condicionando-a à apresentação do Plano de Trabalho, encaminho a Vossa Excelência o **Plano de Trabalho referente ao Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia**.

No ensejo, renovo as manifestações de elevado apreço e distinta consideração, permanecendo à disposição para colaborar na eficiente tramitação administrativa dessa valiosa cooperação interinstitucional entre os órgãos do sistema de justiça.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

Marcia Rabelo Sandes

Promotora de Justiça

Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia -CAB, nº750,

Salvador/BA, CEP: 41.745-004

Tel: (71) 3103-0356/0175

De: Assessoria da Presidência 2 <aep2@tjba.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 3 de dezembro de 2021 19:13

Para: Marcia Rabelo Sandes <marciarabelo@mpba.mp.br>

Cc: Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; MARCOS NOVAES <mmlfnovaes@tjba.jus.br>

Assunto: Re: ENCAMINHA MINUTA ATUALIZADA - TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - DEPOIMENTO ESPECIAL

A Sua Excelência a Senhora

Promotora de Justiça MARCIA RABELO SANDES

Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

Ministério Público do Estado da Bahia

Com cordiais cumprimentos, de ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargador Lourival Almeida Trindade, considerando as tratativas para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional, visando implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do Estado da Bahia, sirvo-me da presente comunicação para manifestar ciência à nova minuta apresentada, e informar o que segue:

A Defensoria Pública do Estado da Bahia encaminhou a este Tribunal de Justiça, em novembro deste ano, minuta do Termo de Cooperação constando a inclusão da Cláusula Décima-Terceira (Da Proteção de Dados), em atendimento à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como a inclusão do tópico 12.4, na Cláusula Décima Segunda, a fim de justificar a ausência de Plano de Trabalho.

Ao analisar a aludida minuta encaminhada pela DPE/BA, a Consultoria Jurídica deste Tribunal de Justiça, emitiu o Parecer n. 2311/2021, pelo qual opinou pela viabilidade jurídica de sua assinatura, condicionada à apresentação do Plano de Trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que a minuta mais recente do Termo de Cooperação, enviada por este Ministério Público da Bahia, já fora recebida por este TJBA, e considerando que não houve encaminhamento do Plano de Trabalho correspondente, encaminho a cópia do referido Parecer, para conhecimento de Vossa Excelência.

No ensejo, renovo votos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que destaco que esta Assessoria Especial da Presidência II encontra-se à disposição para prestar eventuais esclarecimentos, porventura, necessários.

Respeitosamente,



De: "Marcia Rabelo Sandes" <marciarabelo@mpba.mp.br>

Para: aep2@tjba.jus.br

Cc: "Paula Souza de Paula" <paula.paula@mpba.mp.br>

Enviadas: Sexta-feira, 3 de dezembro de 2021 13:15:40

Assunto: ENCAMINHA MINUTA ATUALIZADA - TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - DEPOIMENTO ESPECIAL

A Sua Excelentíssimo Doutor

Fábio Alexsandro Costa Bastos

DD. Juiz Assessor Especial da Presidência (AEPII) - Assuntos Institucionais

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a **minuta atualizada do Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo para implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da**

Bahia, elaborados coletivamente pelo TJBA, MPE, DPE, POLICIA CIVIL/SSP e OAB-BA, já contemplando as alterações sugeridas pelos órgãos partícipes, inclusive justificativa expressa quanto à inclusão no texto do Termo de Cooperação, nas cláusulas que especificam os compromissos institucionais, das informações inerentes ao Plano de Trabalho, em cumprimento ao disposto no art.174 da Lei nº9.433/2005 (**Cláusula Décima Segunda, item 12.4**), ressaltando-se a inexistência de repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

O mesmo expediente vem sendo acompanhado pela Diretoria de Convênios e Contratos do Ministério Público Estadual, através do SEI_19.09.02168.0020261_2021_50, na pessoa de Paula Souza de Paula, ora copiada.

Agradeço a atenção dispensada por Vossa Excelência, permanecendo à disposição para colaborar na eficiente tramitação administrativa dessa valiosa cooperação interinstitucional entre os órgãos do sistema de justiça, em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes.

No ensejo, renovo as manifestações de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Marcia Rabelo Sandes
Promotora de Justiça
Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia -CAB, nº750,
Salvador/BA, CEP: 41.745-004
Tel: (71) 3103-0356/0175



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, acerca da minuta do Plano de Trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 13/12/2021, às 08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0257578** e o código CRC **D9490C24**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando a prévia análise da minuta do competente instrumento de cooperação por esta unidade consultiva;

Considerando o Parecer nº. 652/2021 desta Assessoria Técnico-Jurídica (0250638), que opinou favoravelmente à celebração do ajuste;

Considerando que o plano de trabalho encartado obedece às disposições do art. 171 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

Considerando o princípio da eficiência, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal;

Esta Assessoria Técnico-Jurídica verifica que o competente plano de trabalho atende aos termos do Parecer Jurídico nº. 652/2021, devidamente acolhido pelo Superintendente de Gestão Administrativa.

Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 13 de dezembro de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Matrícula [REDACTED]

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira

Assistente de Gestão II

Apoio Processual ATJ/SGA

Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 13/12/2021, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 13/12/2021, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0257675** e o código CRC **80CF8554**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e demais providências pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 13/12/2021, às 1: 70f, con.orne artº 11, "", bLb da 4ei 11º91f /2006º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei@sistemas@mpLa@mp@r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=0 in.ormando o código veri.icador **0258177** e o código CRC **6BA5B6F6**º



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a conclusão do trâmite administrativo cabível, bem assim tendo em vista que já foram coletadas as assinaturas dos demais partícipes, encaminhamos o procedimento para coleta de assinatura da ilustre representante do Ministério Público do Estado da Bahia no Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional para implementação da Lei 13.431/2017 (Escuta Protegida).

Ressaltamos que se faz necessário assinar os três documentos abaixo indicados:

1. Termo de Cooperação (doc 0302643);
2. Plano de Trabalho (doc 0302646)
3. Anexo - Fluxo (doc 0302648).

Após, solicitamos a devolução do expediente, acompanhado dos documentos devidamente assinados, para que possamos adotar as providências relativas à publicação do resumo respectivo.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 25/02/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0302634** e o código CRC **1BA40716**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA,
AQUI É
TRABALHO



TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

*Termo de Cooperação que entre si celebram o **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, o **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, com a interveniência da **POLÍCIA CIVIL**, e a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA**, objetivando fomentar a aplicação da Lei 13.431/2017 em todas as Comarcas do Estado, ajustando fluxos pertinentes.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF nº 13.100.722/0001-60, com sede no Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 560, Salvador-BA, doravante denominado **TJ/BA**, neste ato, representado pelo Exmo. Presidente, o **Desembargador Lourival Almeida Trindade**; O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, sediado à 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 750, CEP 41.745-004, Salvador-BA, neste ato, representado pela Exma. Procuradora Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, doravante denominado **MP/BA**; A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.778.585/0001-14, com sede à Avenida Ulysses Guimarães, nº 3386, Edf. MultiCab Empresarial, CEP 41.745-007, Salvador-BA, neste ato, representada pelo Exmo. Defensor Público Geral, **Dr. Rafson Saraiva Ximenes**, doravante denominada **DPE/BA**; O **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.149/0001-43, com sede à Quarta Avenida, nº 430, CAB, Novo Horizonte, Salvador/BA, neste ato, representada pelo Exmo. Secretário, o **Dr. Ricardo César Mandarin Barretto**, autorizado pelo Decreto Simples publicado no Diário Oficial do Estado de 30/12/2020, doravante denominada **SSP/BA**, com interveniência da **Polícia Civil do Estado da Bahia**, com sede na Rua Treze de Maio, S/N, Piedade, Salvador-BA, neste ato, representada pela Exma. Delegada Geral, a **Dra. Heloísa Campos de Brito**, com delegação de competência publicada no DOE de 31/12/2020; A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.259.469/0001-54, com sede administrativa na Rua Portão da Piedade, nº 16, Barris, CEP 40.070-045, nesta Capital, doravante denominada **OAB-BA**, neste ato, representada por sua Presidente, a **Dra. Daniela Lima de Andrade Borges**.

CONSIDERANDO que o art. 14 das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing) dispõe que a “*Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade*”.

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional sobre os direitos da Criança, máxime em seu art. 1º, assegura à criança e ao adolescente o direito de serem ouvidos em todos os processos que possam gerar influxos sobre o seu plexo de direitos;

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6820-14F9-2

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE

Assinado de forma digital por
LOURIVAL ALMEIDA

6820-14F9-2



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe, mormente em seu art. 227, sobre o dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito, resguardando-os de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu art. 18, ressalta ser dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, torna obrigatória a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio da escuta especializada e do depoimento especial;

CONSIDERANDO que o art. 7º da Lei 13.431/2017 dispõe que a Escuta Especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência, perante órgão da rede de proteção, com criança ou adolescente, devendo o relato se limitar ao necessário à consecução de sua finalidade;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei 13.431/2017 dispõe que o Depoimento Especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência, perante autoridade policial ou judiciária;

CONSIDERANDO que o art. 11 da Lei nº 13.431/2017 estabelece que o Depoimento Especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado;

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do art. 11 da Lei nº 13.431/2017 disciplina que o Depoimento Especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança tiver menos de 7 (sete) anos de idade e também nos casos de violência sexual;

CONSIDERANDO a necessidade de minimizar os danos causados às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, em suas múltiplas acepções, valorizando a sua palavra; e

CONSIDERANDO a importância de se estabelecer uma articulação interinstitucional para uma efetiva proteção aos direitos das crianças e adolescentes;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, sujeitando-se ao disposto na Lei Federal 8.666/93, a Lei Estadual nº 9.433/2005 e alterações posteriores, bem como nas demais normas legais aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a cooperação entre os partícipes, com o escopo de implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento do fluxo em anexo no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS COMUNS AOS PARTÍCIPES

2.1 Cooperarem entre si com o escopo de sedimentar, em suas respectivas áreas de atuação, as condições à concretização do objeto do presente Termo, inclusive elaborando normativa e fluxos internos no âmbito das respectivas Corregedorias;

2.2 Desenvolverem estratégias para a implementação e fortalecimento das redes de proteção à criança e ao adolescente em todos os municípios da Bahia, estimulando o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e atendimento qualificado das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência e suas respectivas famílias;

2.3 Difundirem, entre os seus membros, a necessidade de a atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, de modo a evitar a oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, máxime quando a demonstração da ocorrência dos fatos puder ser realizada por outros meios de prova permitidos em lei, ressalvada sua manifesta intenção de prestar declarações;

2.4 Recomendarem aos seus membros que seja seguido o fluxo anexo, parte integrante deste Termo;

2.5. Alocarem em suas propostas orçamentárias os recursos necessários ao fiel cumprimento do presente Termo de Cooperação, de modo a implementar de forma efetiva a Lei nº13.431/2017 no Sistema de Justiça do estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.1 Orientar e fazer cumprir a Resolução nº12, de 22/08/2018, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

3.2 Realizar cursos de capacitação para magistrados e servidores do Poder Judiciário que possam auxiliar a tomada do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com o protocolo brasileiro de entrevista forense;

3.3 Colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

3.4 Envidar esforços com o escopo de desenvolver sistema informático, no âmbito do Poder Judiciário, que possibilite aferir, através do nome da criança/adolescente, vítima/testemunha de violência, se alguma medida protetiva já foi deferida em seu favor;

3.5 Em sendo imprescindível a tomada do Depoimento Especial na via judicial, sejam envidados esforços para que se proceda, sobretudo quando se subsumir às hipóteses previstas no artigo 11, §1º, I e II, da Lei 13.431/2017, em uma única oportunidade e em sede de cautelar de antecipação de provas, a ser promovida pelo Ministério Público, garantindo-se a ampla defesa do suspeito;

3.6 Disponibilizar em cada comarca ao menos uma sala destinada ao depoimento especial, com ambiente acolhedor, seguro e devidamente equipada com aparelhagem que permita a gravação audiovisual;

3.7. Estabelecer o fluxo a ser seguido pelos magistrados para a realização do depoimento especial em outra Vara, ainda que de comarca diversa, mediante prévio agendamento da audiência, enquanto não disponibilizada em todas as comarcas a estrutura necessária para a realização do depoimento especial;

3.8. Fomentar a realização de convênios com órgãos da rede de proteção local das comarcas para fim de capacitar e treinar como facilitadores profissionais sem vínculo com o Tribunal de Justiça que lhe forem cedidos, até a regularização do quadro funcional (art.11, Resolução CNJ 299/2019);



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



3.9. Capacitar e treinar pessoas com formação superior, podendo remunerá-las pela atividade de tomada de depoimento especial como perícia, na ausência de profissionais especializados no quadro de pessoal e de convênios firmados na forma do item anterior, mantendo cadastro de profissionais necessários a realização do depoimento especial, inclusive dos povos e comunidades tradicionais, nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CNJ 299/2019;

3.10. Apoiar e acompanhar, através da Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça – CIJ/TJBA, os trabalhos dos magistrados e servidores-facilitadores no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas cautelares de antecipação de prova e para assegurar a necessária interlocução das diversas áreas do Poder Judiciário entre si e com a rede de proteção.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Autorizar e estimular Promotores e Procuradores de Justiça a participarem dos cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação correlata à Lei nº13.431/2017;

4.2 Autorizar e estimular os profissionais integrantes das equipes técnicas, a serviço da Instituição, a participarem de cursos de qualificação profissional, de modo que as aptidões necessárias, mormente para que possam atuar como assistentes técnicos, sejam amplamente desenvolvidas;

4.3 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente e o acolhimento qualificado de vítimas ou testemunhas de violência, nos termos da Lei nº13.431/2017;

4.4 Incentivar seus membros que postulem, sem descuidar da preservação do sigilo, ao Juízo responsável pela coleta do Depoimento Especial, a remessa de cópia da mídia às autoridades competentes de outras esferas (cível, família, infância e juventude, criminal), para utilização como prova emprestada, objetivando evitar a renovação da oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, assim como a revitimização;

4.5 Instar os agentes ministeriais a adotarem as providências necessárias para que o Depoimento Especial, realizado em sede de produção antecipada de provas, passe a integrar, com brevidade, o expediente investigatório que serviu de base para o ajuizamento da demanda cautelar, atentando para o resguardo do sigilo do seu conteúdo, de forma a agilizar o oferecimento de denúncia, a realização de eventuais diligências complementares ou a elaboração de promoção de arquivamento;

4.6 Em sendo imprescindível a tomada do Depoimento Especial na via judicial, que sejam envidados esforços para que ele se proceda apenas uma vez e, nas hipóteses do artigo 11, §1º, I e II, da Lei nº13.431/2017, obrigatoriamente em sede de cautelar de antecipação de provas, promovendo a mediação judicial pertinente;

4.7. Desenvolver fluxo interno que assegure a necessária interlocução das diversas áreas do Ministério Público, notadamente a criminal e a infância e juventude, entre si e com a rede de proteção local, de modo a compartilhar, resguardado o devido sigilo, as informações necessárias à adoção de medidas de proteção que preservem a integridade física e psíquica das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência;

4.8. Orientar e apoiar os membros no exercício do controle externo difuso da atividade policial, de modo a fiscalizar a tramitação prioritária dos expedientes policiais relativos a crimes/atos infracionais contra crianças e adolescentes, assegurando a interlocução necessária com a autoridade policial para fim de



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



realização, quando necessário, do depoimento especial judicial em sede cautelar de antecipação de prova e para a célere conclusão das investigações;

4.9. Apoiar e acompanhar, através dos Centros de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM) e da Criança e Adolescente (CAOCA), os trabalhos dos promotores e das equipes técnicas no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas cautelares de antecipação de prova e para assegurar a necessária interlocução entre as diversas áreas do sistema de justiça entre si e com a rede de proteção;

4.10. Assegurar que no cumprimento das diligências decorrentes das ações do GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais sejam observadas as normas pertinentes à Lei nº13.431/2017, sempre que o ilícito sob investigação envolver criança ou adolescente na condição de vítima ou testemunha de violência.

CLÁUSULA QUINTA – DOS COMPROMISSOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 Autorizar e estimular os Defensores Públicos a participarem dos cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação correlata à Lei nº13.431/2017;

5.2 Autorizar e estimular os profissionais integrantes das equipes técnicas, a serviço da Instituição, a participarem de cursos de qualificação profissional, de modo que as aptidões necessárias sejam amplamente desenvolvidas, mormente para que possam atuar como assistentes técnicos;

5.3 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência;

5.4 Dotar a Defensoria Pública de membros destacados para a prestação da assistência qualificada jurídica da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso VII, da Lei 13.431/2017;

5.5. Apoiar e acompanhar os trabalhos dos defensores e das equipes técnicas no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas protetivas e para assegurar a necessária interlocução entre as diversas áreas do sistema de justiça entre si e com a rede de proteção.

CLÁUSULA SEXTA – DOS COMPROMISSOS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.1 Autorizar e estimular Delegados de Polícia, Policiais Civis e membros de equipes técnicas a participarem de cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação para que, deste modo, possam colaborar com a realização do depoimento especial, nos exatos termos previstos na multicitada lei;

6.2 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítimas ou testemunhas de violência e colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

6.4 Orientar os Delegados de Polícia para que priorizem as investigações que versem sobre ilícitos penais que tenham crianças ou adolescentes como vítimas ou testemunhas em face dos comandos constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, cientificando imediatamente ao Ministério Público a instauração de procedimento policial com tal finalidade, em atenção ao disposto no art.13, da Lei nº13.431/2017;



6.5 Orientar os Delegados de Polícia no sentido de que o depoimento especial de criança e adolescente, vítima ou testemunha de violência, no âmbito da unidade policial é medida excepcional (**art.11, caput, da Lei nº13.431/2017**) e deverá ser realizado apenas quando a Autoridade Policial o considere **(I)** indispensável para a coleta de elementos mínimos necessários para representar pela produção antecipada de prova em juízo, **(II)** em situação de flagrante delito e **(III)** na hipótese de autoria desconhecida, sempre assegurando o direito da criança/adolescente de ser ouvida (o) quando assim solicitar ou de permanecer em silêncio;

6.6 Orientar os Delegados de Polícia para que, em havendo efetiva necessidade de realização da oitiva da criança ou adolescente, que representem, com a brevidade possível, pela produção antecipada de prova, assim agindo obrigatoriamente nas hipóteses do art. 11, § 1º, incisos I e II, da Lei 13.431/17, encaminhando ao Ministério Público cópia dos atos investigatórios realizados, independentemente da conclusão do procedimento policial;

6.7 Orientar os delegados e agentes da Polícia Civil que envidem esforços investigativos para que o depoimento especial não seja o único meio de prova do ilícito (art.22, Lei 13.431/2017);

6.8 Orientar os Delegados de Polícia que representem ao Poder Judiciário, com a necessária celeridade, pela fixação das medidas protetivas previstas no art. 21, incisos I a IV, da Lei 13.431/17, máxime quando a hipótese versar sobre crianças e adolescentes em situações de risco;

6.9. Disponibilizar, no âmbito das regionais, ao menos uma sala destinada ao depoimento especial, com ambiente acolhedor e seguro, que garanta a privacidade da criança ou do adolescente e impeça o contato com o suposto autor ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento, devendo ser devidamente equipada com aparelhagem que permita a gravação audiovisual;

6.10. A escuta especializada poderá ser realizada na Delegacia de Polícia, onde não for possível depoimento especial, valendo-se de facilitador capacitado, ambiente seguro e acolhedor;

6.11. Adotar as providências para que, nas hipóteses em que a realização do depoimento especial pela Autoridade Policial seja indispensável, ou em se tratando de espontânea manifestação da criança ou do adolescente no sentido de prestar as suas declarações, que a entrevista seja promovida por profissional capacitado, nos termos da lei 13.431/2017;

6.12 Orientar os Delegados de Polícia para que somente expeçam guia para a realização de perícia quando o fato noticiado revelar a existência de vestígios, zelando para que a coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência sejam realizadas pelo Instituto Médico Legal (IML) ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo, que entregará o material para perícia imediata, observado o disposto no art. 18 da Lei 13.431/2017;

6.13 Orientar o corpo técnico do IML/DPT/BA para que priorize a realização das perícias que versem sobre ilícitos penais que tenham crianças ou adolescentes como vítimas, evitando-se a oitiva da criança e do adolescente sobre o fato;

6.14 Disponibilizar no âmbito do IML/DPT/BA espaços adequados ao acolhimento e atendimento a crianças ou adolescentes no momento da realização da perícia técnica, preservando-se a sua privacidade e o contato com qualquer pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento;

6.15 Promover a revisão dos quesitos inseridos nos formulários do DPT/BA, em especial da perícia em sexologia, de modo a adequá-los às diretrizes da Lei nº13.431/2017;

6.16 Estabelecer fluxo de atendimento integrado entre as delegacias de polícia e os departamentos de perícia técnica a fim de assegurar a celeridade na tramitação das diligências técnicas, logo após a revelação da violência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA,
AQUI É
TRABALHO



CLÁUSULA SÉTIMA – DOS COMPROMISSOS DA OAB-BAHIA

7.1 Promover cursos de aperfeiçoamento profissional, abordando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítimas ou testemunhas de violência e colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

7.2 Colaborar na difusão entre os advogados e nas subseções da OAB-BA do fluxo acordado no âmbito do sistema de justiça para a implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação Técnica não implica no repasse de recursos financeiros entre os partícipes, salvo o custeio, com recursos próprios, do desenvolvimento de atividades relativas à execução deste Acordo, a cargo de cada parte.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo admitida sua prorrogação, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA

As partes poderão denunciar, por escrito e a qualquer tempo, mediante aviso formal aos partícipes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o presente Acordo, mantidas, entretanto, as responsabilidades das obrigações assumidas durante a vigência da cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos compromissos, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os partícipes estabelecem, ainda, as seguintes condições:

12.1. Todas as comunicações relativas a este Acordo serão consideradas como regularmente efetuadas, e realizadas por meio eletrônico oficial ou entregues mediante protocolo, aos endereços eletrônicos ou físicos dos representantes credenciados pelos partícipes;

12.2. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam influenciar a boa execução deste Acordo, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados, que poderão ser substituídos por gravações disponibilizadas por aplicativos de plataformas digitais, quando se tratar de reuniões virtuais;

12.3. Eventuais dúvidas oriundas deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser solucionadas na via administrativa, por intermédio das autoridades encarregadas da sua execução.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



12.4 Em cumprimento ao disposto no art. 174 da Lei Estadual nº 9.433/2005 e, considerando a inexistência de repasse de recursos financeiros entre os partícipes, as informações que deveriam constar no Plano de Trabalho, já estão incluídas nas Cláusulas deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Fica, expressamente, reservado às partes o direito de fiscalizar e acompanhar, a qualquer momento, o exato cumprimento das obrigações assumidas, constantes do presente instrumento.

Os partícipes indicam, neste ato, seus respectivos representantes para implementação e cumprimento do presente Termo de Cooperação:

Pelo TJ/BA: Dr. Emílio Salomão Pinto Resedá, Desembargador, Coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude;

Pela SSP/BA: Dra. Luciana São Mateus Carvalho Valverde, Delegada de Polícia Civil, Assessora Técnica no Gabinete do Delegado – Geral da Polícia Civil;

Pelo MP/BA: a) Dra. Márcia Rabelo Sandes, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente;

b) Dr. André Luís Lavigne Mota, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal;

Pela DPE/BA: Dra. Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, Defensora Pública, Coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Pela OAB/BA: Dra. Ana Caroline Trabuco, Advogada, Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos no Termo de Cooperação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando, à Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as questões decorrentes da celebração ou execução do presente instrumento que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado na imprensa oficial, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, nos termos do §1º do art. 131 c/c art. 183 da Lei Estadual 9.433/2005.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



Por assim estarem plenamente de acordo, as partes se obrigam ao fiel cumprimento dos termos do presente instrumento, que segue em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, assinadas pelos partícipes e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou fora dele.

Salvador, 25 de janeiro de 2022.

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE [REDACTED]
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Desembargador Lourival Almeida Trindade
Presidente

Assinado de forma digital por LOURIVAL
ALMEIDA TRINDADE [REDACTED]
Dados: 2022.01.21 15:29:40 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

Procuradora Geral de Justiça

RAFSON SARAIVA XIMENES [REDACTED]

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA XIMENES [REDACTED]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:06:36 -03'00'

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Rafson Saraiva Ximenes

Defensor Público Geral

RICARDO CESAR
MANDARINO
BARRETTO [REDACTED]

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR
MANDARINO BARRETTO [REDACTED]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial,
ou=15257819000106, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco),
cn=RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO:04830733500
Dados: 2022.01.27 08:14:29 -03'00'

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA

Ricardo César Mandarino Barretto

Secretário de Estado

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

Heloísa Campos de Brito

Delegada Geral

DANIELA LIMA DE
ANDRADE
BORGES [REDACTED]

Assinado de forma digital por
DANIELA LIMA DE ANDRADE
BORGES [REDACTED]
Dados: 2022.02.24 17:37:05 -03'00'

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO BAHIA

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente

Testemunhas:

1. _____
Nome:

2. _____
Nome:

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6820-14F9-23AE-6FE9.

[Digite aqui]



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



BAHIA

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6820-14F9-23AE-6FE9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6820-14F9-23AE-6FE9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6820-14F9-23AE-6FE9



Hash do Documento

6777EDE413F9E1ED774493018414E388CB5527C1D9C779FB7858CB65BFEEABE6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

☒ heloisa campos de brito (Parte) - [REDACTED] em 31/01/2022

16:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, com a interveniência da POLÍCIA CIVIL, e ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA

O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR ESCOPO ESTABELECE O PLANO DE ATUAÇÃO DOS COOPERANTES ABAIXO IDENTIFICADOS PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS COM O TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE ELES CELEBRADO, EM ATENÇÃO AO QUANTO DISPOSTO NO ARTIGO 171 DA LEI ESTADUAL/BA Nº 9.433/2005.

1 – PARTÍCIPIES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF nº 13.100.722/0001-60

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 560, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3372-5007 / 5008

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 750, CEP 41.745-004, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3103-0100

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 07.778.585/0001-14

ENDEREÇO: Avenida Ulysses Guimarães, nº 3386, Edf. MultiCab Empresarial, CEP 41.745-007, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3117-9160

ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.937.149/0001-43, com interveniência da **Polícia Civil do Estado da Bahia**, com sede na Rua Treze de Maio, S/N, Piedade, Salvador-BA

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 4ª Avenida, nº 430, Novo Horizonte, Salvador/BA

TELEFONE: (71) 3115-9249

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA

CNPJ sob o nº 14.259.469/0001-54

ENDEREÇO: Rua Portão da Piedade, nº 16, Barris, CEP 40.070-045, Salvador/BA

TELEFONE: (71) 3329-8900

2 – OBJETO A SER EXECUTADO

O Termo de Cooperação tem por objeto a cooperação entre os partícipes, com o escopo de implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento do fluxo especificado a seguir no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE

3:47
-03'00"

1/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

3 – JUSTIFICATIVA

A cooperação fundamenta-se no atendimento das disposições da Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017 e do Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

4 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES/ METAS A SEREM ATINGIDAS

4.1 Efetivar a cooperação interinstitucional com o escopo de sedimentar, nas respectivas áreas de atuação dos partícipes, as condições necessárias para a concretização da sistemática de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos termos previstos na Lei Federal nº13.431/2017, inclusive mediante elaboração de normativa e fluxos internos no âmbito das respectivas instituições;

4.2 Desenvolver estratégias para a implementação e fortalecimento das redes de proteção à criança e ao adolescente em todos os municípios da Bahia, estimulando o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e atendimento qualificado das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência e suas respectivas famílias;

4.3 Difundir, entre os seus membros, a necessidade de a atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, de modo a evitar a oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, máxime quando a demonstração da ocorrência dos fatos puder ser realizada por outros meios de prova permitidos em lei, ressalvada sua manifesta intenção de prestar declarações;

4.4 Capacitar membros e servidores das instituições partícipes para que assegurem a observância da sistemática do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com a Lei Federal nº13.431/2017 e Decreto Federal nº 9.603/2018;

4.5 Recomendar aos seus membros que seja seguido o fluxo abaixo, parte integrante do Termo de Cooperação;

4.6. Alocar em suas propostas orçamentárias os recursos necessários ao fiel cumprimento dos compromissos delineados no Termo de Cooperação, de modo a implementar de forma efetiva a Lei nº13.431/2017 no Sistema de Justiça do estado da Bahia.

5 – FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017

Os partícipes elaboraram o fluxo abaixo, também anexado ao Termo de Cooperação e dele integrante, comprometendo-se a aplicá-lo no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local dos municípios do estado da Bahia, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

LOURIVAL
ALMEIDA
TRINDADE

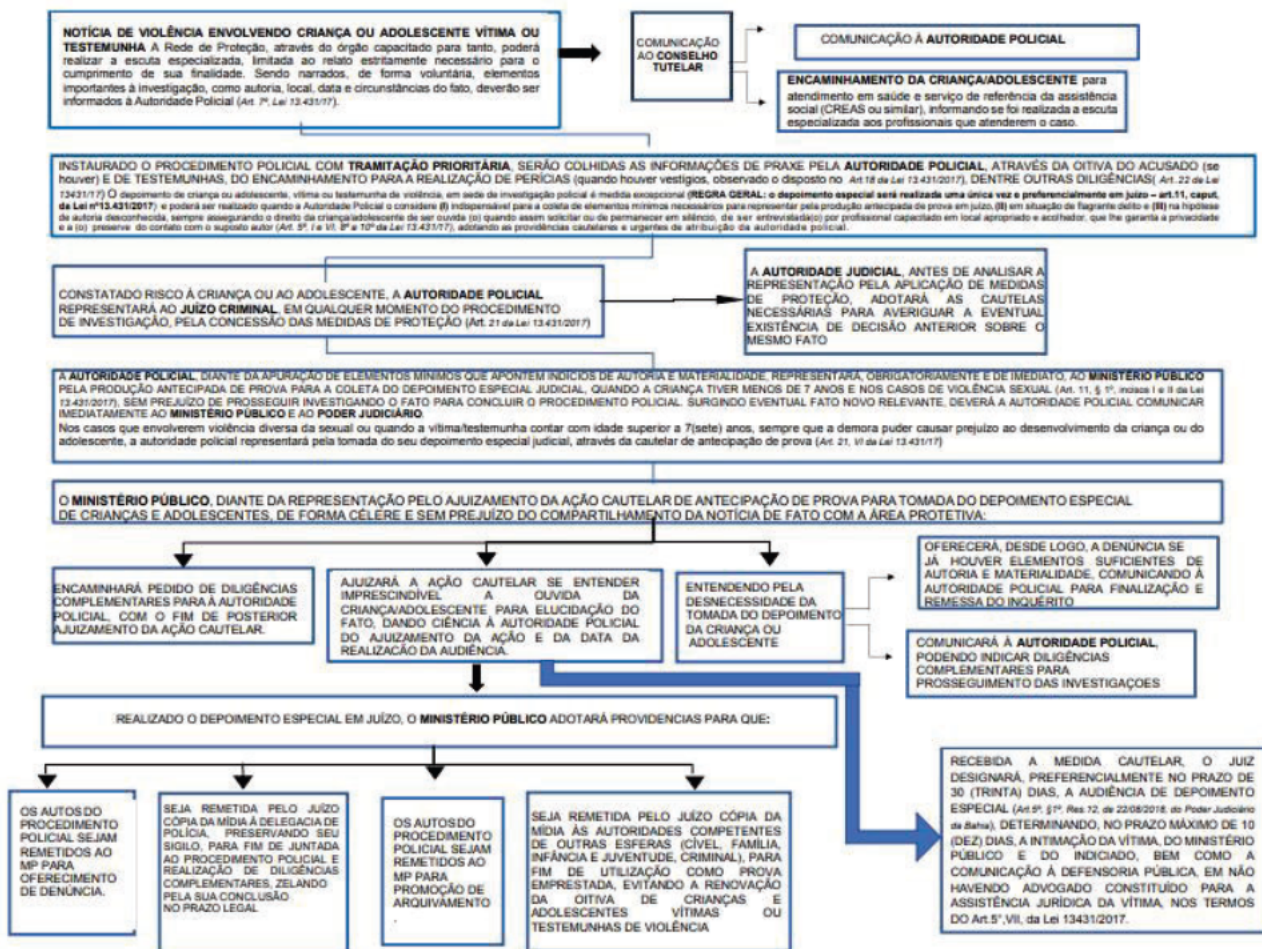
15-0300

2/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

Fluxo para Implementação da Lei nº 13.431/2017 – SISTEMA DE JUSTIÇA



6 – LOCAL DE EXECUÇÃO

As atividades decorrentes do presente Plano de Trabalho serão executadas nos municípios do estado da Bahia.

7 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A execução do Plano de Trabalho decorrente do Termo de Cooperação celebrado entre os signatários não envolve transferência de recursos financeiros entre os mesmos, de modo que a hipótese se enquadra na exceção prevista no §1º, do artigo 171 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A execução do Plano de Trabalho decorrente do Termo de Cooperação celebrado entre os signatários não envolve transferência de recursos financeiros entre os mesmos, de modo que a hipótese se enquadra na exceção prevista no §1º, do artigo 171 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

LOURIVAL
ALMEIDA
TRINDADE

3/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

6C02-0D4F-19EC-3EDD.

9 – PERÍODO DE EXECUÇÃO

O Plano de Trabalho vigorará durante todo o período de vigência do Termo de Cooperação celebrado entre as partes, qual seja, 36 (trinta e seis) meses, contados da sua assinatura, admitida sua prorrogação na hipótese de prorrogação do instrumento que lhe dá causa.

Salvador/BA, 25 de janeiro de 2022.

LOURIVAL ALMEIDA

TRINDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Desembargador Lourival Almeida Trindade

Presidente

Assinado de forma digital por
LOURIVAL ALMEIDA

TRINDADE
Dados: 2022.01.21 15:35:37 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

Procuradora Geral de Justiça

RAFSON SARAIVA XIMENES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Rafson Saraiva Ximenes

Defensor Público Geral

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA XIMENES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:07:52 -03'00'

RICARDO CESAR MANDARINO

BARRETTO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Ricardo César Mandarino Barretto

Secretário de Estado

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR MANDARINO
BARRETTO
Presencial, ou=15257819000106, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO:04830733500
Dados: 2022.01.27 08:16:51 -03'00'

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

Heloísa Campos de Brito

Delegada Geral

DANIELA LIMA DE
ANDRADE

BORGES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL -SEÇÃO BAHIA

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente

Assinado de forma digital por
DANIELA LIMA DE ANDRADE

BORGES
Dados: 2022.02.24 17:39:29 -03'00'

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6C02-0D4F-19EC-3EDD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6C02-0D4F-19EC-3EDD



Hash do Documento

8E13481C826C2CB710C9B4D944110E9F2559BE448AB557FEC48877D84BE43324

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

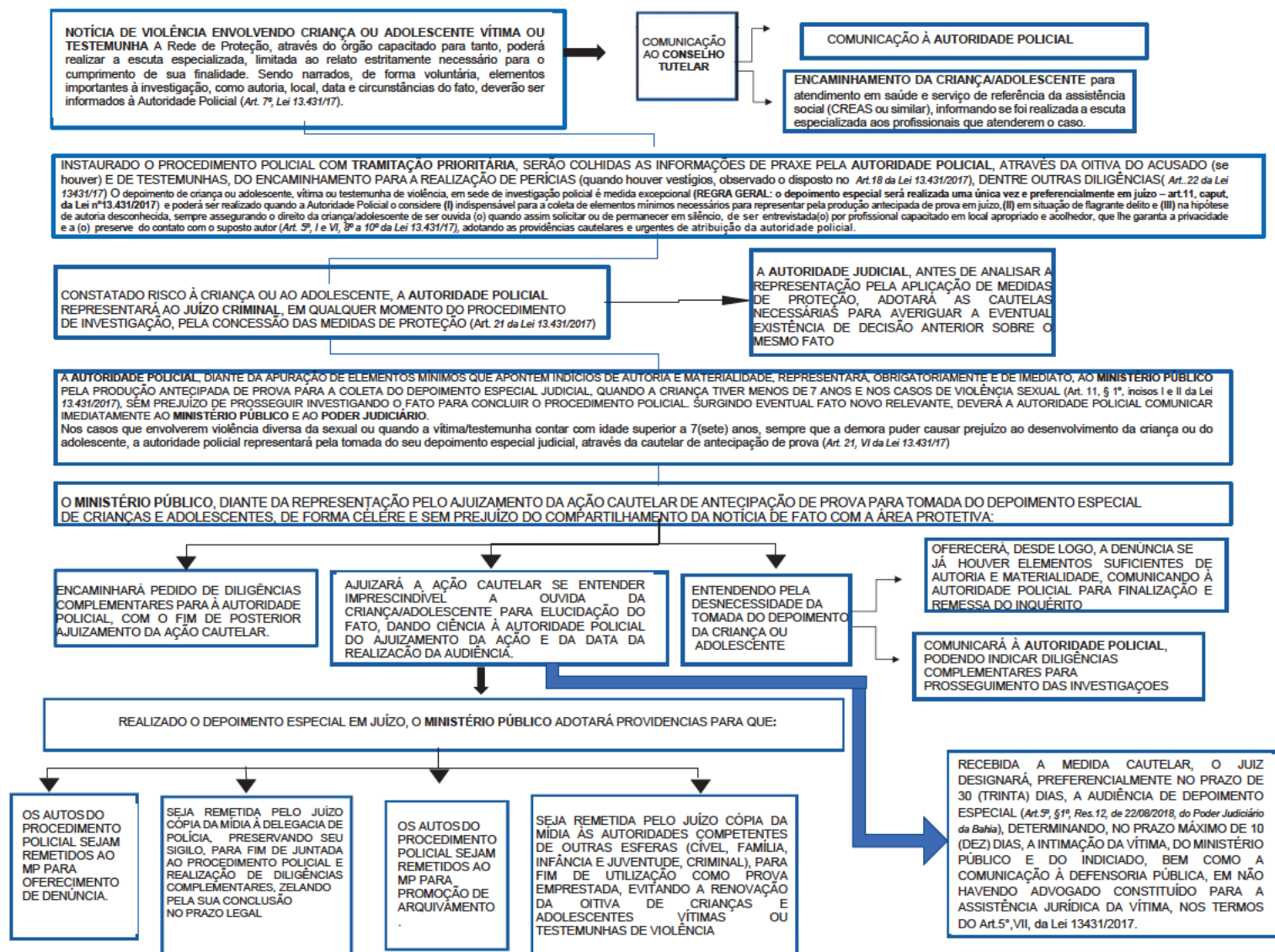
☒ heloisa campos de britto (Parte) - [REDACTED] em 31/01/2022

16:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Fluxo para Implementação da Lei nº 13.431/2017 – SISTEMA DE JUSTIÇA



**RAFSON SARAIVA
XIMENES**

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA XIMENES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:08:48 -03'00'

**LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE**

Assinado de forma digital por LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Dados: 2022.01.21 15:36:37 -03'00'

**DANIELA LIMA DE
ANDRADE
BORGES**

Assinado de forma digital por DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES
Dados: 2022.02.24 17:41:11 -03'00'

**RICARDO CESAR
MANDARINO
BARRETTO**

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO:04830733500
Dados: 2022.01.27 08:34:17 -03'00'

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7363-4BF1-05F5-2EC1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7363-4BF1-05F5-2EC1



Hash do Documento

C414106A634B7A9127203E26282968641FC381FA69227DF1CEEB94465A522C6D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

☒ heloisa campos de brito (Parte) - [REDACTED] em 31/01/2022

16:16 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





TERMO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

*Termo de Cooperação que entre si celebram o **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, o **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, com a interveniência da **POLÍCIA CIVIL**, e a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA**, objetivando fomentar a aplicação da Lei 13.431/2017 em todas as Comarcas do Estado, ajustando fluxos pertinentes.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF nº 13.100.722/0001-60, com sede no Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 560, Salvador-BA, doravante denominado **TJ/BA**, neste ato, representado pelo Exmo. Presidente, o **Desembargador Lourival Almeida Trindade**; O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, sediado à 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 750, CEP 41.745-004, Salvador-BA, neste ato, representado pela Exma. Procuradora Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, doravante denominado **MP/BA**; A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.778.585/0001-14, com sede à Avenida Ulysses Guimarães, nº 3386, Edf. MultiCab Empresarial, CEP 41.745-007, Salvador-BA, neste ato, representada pelo Exmo. Defensor Público Geral, **Dr. Rafson Saraiva Ximenes**, doravante denominada **DPE/BA**; O **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.149/0001-43, com sede à Quarta Avenida, nº 430, CAB, Novo Horizonte, Salvador/BA, neste ato, representada pelo Exmo. Secretário, o **Dr. Ricardo César Mandarin Barretto**, autorizado pelo Decreto Simples publicado no Diário Oficial do Estado de 30/12/2020, doravante denominada **SSP/BA**, com interveniência da **Polícia Civil do Estado da Bahia**, com sede na Rua Treze de Maio, S/N, Piedade, Salvador-BA, neste ato, representada pela Exma. Delegada Geral, a **Dra. Heloísa Campos de Brito**, com delegação de competência publicada no DOE de 31/12/2020; A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.259.469/0001-54, com sede administrativa na Rua Portão da Piedade, nº 16, Barris, CEP 40.070-045, nesta Capital, doravante denominada **OAB-BA**, neste ato, representada por sua Presidente, a **Dra. Daniela Lima de Andrade Borges**.

CONSIDERANDO que o art. 14 das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing) dispõe que a “*Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade*”.

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional sobre os direitos da Criança, máxime em seu art. 1º, assegura à criança e ao adolescente o direito de serem ouvidos em todos os processos que possam gerar influxos sobre o seu plexo de direitos;

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6820-14F9-2

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE

Assinado de forma digital por
LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE
Dados: 2022.01.21 15:32:58
-03'00"



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.



CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe, mormente em seu art. 227, sobre o dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito, resguardando-os de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu art. 18, ressalta ser dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, torna obrigatória a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio da escuta especializada e do depoimento especial;

CONSIDERANDO que o art. 7º da Lei 13.431/2017 dispõe que a Escuta Especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência, perante órgão da rede de proteção, com criança ou adolescente, devendo o relato se limitar ao necessário à consecução de sua finalidade;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei 13.431/2017 dispõe que o Depoimento Especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência, perante autoridade policial ou judiciária;

CONSIDERANDO que o art. 11 da Lei nº 13.431/2017 estabelece que o Depoimento Especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado;

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do art. 11 da Lei nº 13.431/2017 disciplina que o Depoimento Especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança tiver menos de 7 (sete) anos de idade e também nos casos de violência sexual;

CONSIDERANDO a necessidade de minimizar os danos causados às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, em suas múltiplas acepções, valorizando a sua palavra; e

CONSIDERANDO a importância de se estabelecer uma articulação interinstitucional para uma efetiva proteção aos direitos das crianças e adolescentes;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, sujeitando-se ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Estadual nº 9.433/2005 e alterações posteriores, bem como nas demais normas legais aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a cooperação entre os partícipes, com o escopo de implementar a Lei nº 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento do fluxo em anexo no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS COMUNS AOS PARTÍCIPES

2.1 Cooperarem entre si com o escopo de sedimentar, em suas respectivas áreas de atuação, as condições à concretização do objeto do presente Termo, inclusive elaborando normativa e fluxos internos no âmbito das respectivas Corregedorias;

2.2 Desenvolverem estratégias para a implementação e fortalecimento das redes de proteção à criança e ao adolescente em todos os municípios da Bahia, estimulando o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e atendimento qualificado das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência e suas respectivas famílias;

2.3 Difundirem, entre os seus membros, a necessidade de a atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, de modo a evitar a oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, máxime quando a demonstração da ocorrência dos fatos puder ser realizada por outros meios de prova permitidos em lei, ressalvada sua manifesta intenção de prestar declarações;

2.4 Recomendarem aos seus membros que seja seguido o fluxo anexo, parte integrante deste Termo;

2.5. Alocarem em suas propostas orçamentárias os recursos necessários ao fiel cumprimento do presente Termo de Cooperação, de modo a implementar de forma efetiva a Lei nº13.431/2017 no Sistema de Justiça do estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.1 Orientar e fazer cumprir a Resolução nº12, de 22/08/2018, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

3.2 Realizar cursos de capacitação para magistrados e servidores do Poder Judiciário que possam auxiliar a tomada do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com o protocolo brasileiro de entrevista forense;

3.3 Colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

3.4 Envidar esforços com o escopo de desenvolver sistema informático, no âmbito do Poder Judiciário, que possibilite aferir, através do nome da criança/adolescente, vítima/testemunha de violência, se alguma medida protetiva já foi deferida em seu favor;

3.5 Em sendo imprescindível a tomada do Depoimento Especial na via judicial, sejam envidados esforços para que se proceda, sobretudo quando se subsumir às hipóteses previstas no artigo 11, §1º, I e II, da Lei 13.431/2017, em uma única oportunidade e em sede de cautelar de antecipação de provas, a ser promovida pelo Ministério Público, garantindo-se a ampla defesa do suspeito;

3.6 Disponibilizar em cada comarca ao menos uma sala destinada ao depoimento especial, com ambiente acolhedor, seguro e devidamente equipada com aparelhagem que permita a gravação audiovisual;

3.7. Estabelecer o fluxo a ser seguido pelos magistrados para a realização do depoimento especial em outra Vara, ainda que de comarca diversa, mediante prévio agendamento da audiência, enquanto não disponibilizada em todas as comarcas a estrutura necessária para a realização do depoimento especial;

3.8. Fomentar a realização de convênios com órgãos da rede de proteção local das comarcas para fim de capacitar e treinar como facilitadores profissionais sem vínculo com o Tribunal de Justiça que lhe forem cedidos, até a regularização do quadro funcional (art.11, Resolução CNJ 299/2019);



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.



3.9. Capacitar e treinar pessoas com formação superior, podendo remunerá-las pela atividade de tomada de depoimento especial como perícia, na ausência de profissionais especializados no quadro de pessoal e de convênios firmados na forma do item anterior, mantendo cadastro de profissionais necessários a realização do depoimento especial, inclusive dos povos e comunidades tradicionais, nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CNJ 299/2019;

3.10. Apoiar e acompanhar, através da Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça – CIJ/TJBA, os trabalhos dos magistrados e servidores-facilitadores no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas cautelares de antecipação de prova e para assegurar a necessária interlocução das diversas áreas do Poder Judiciário entre si e com a rede de proteção.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Autorizar e estimular Promotores e Procuradores de Justiça a participarem dos cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação correlata à Lei nº13.431/2017;

4.2 Autorizar e estimular os profissionais integrantes das equipes técnicas, a serviço da Instituição, a participarem de cursos de qualificação profissional, de modo que as aptidões necessárias, mormente para que possam atuar como assistentes técnicos, sejam amplamente desenvolvidas;

4.3 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente e o acolhimento qualificado de vítimas ou testemunhas de violência, nos termos da Lei nº13.431/2017;

4.4 Incentivar seus membros que postulem, sem descuidar da preservação do sigilo, ao Juízo responsável pela coleta do Depoimento Especial, a remessa de cópia da mídia às autoridades competentes de outras esferas (cível, família, infância e juventude, criminal), para utilização como prova emprestada, objetivando evitar a renovação da oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, assim como a revitimização;

4.5 Instar os agentes ministeriais a adotarem as providências necessárias para que o Depoimento Especial, realizado em sede de produção antecipada de provas, passe a integrar, com brevidade, o expediente investigatório que serviu de base para o ajuizamento da demanda cautelar, atentando para o resguardo do sigilo do seu conteúdo, de forma a agilizar o oferecimento de denúncia, a realização de eventuais diligências complementares ou a elaboração de promoção de arquivamento;

4.6 Em sendo imprescindível a tomada do Depoimento Especial na via judicial, que sejam envidados esforços para que ele se proceda apenas uma vez e, nas hipóteses do artigo 11, §1º, I e II, da Lei nº13.431/2017, obrigatoriamente em sede de cautelar de antecipação de provas, promovendo a medida judicial pertinente;

4.7. Desenvolver fluxo interno que assegure a necessária interlocução das diversas áreas do Ministério Público, notadamente a criminal e a infância e juventude, entre si e com a rede de proteção local, de modo a compartilhar, resguardado o devido sigilo, as informações necessárias à adoção de medidas de proteção que preservem a integridade física e psíquica das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência;

4.8. Orientar e apoiar os membros no exercício do controle externo difuso da atividade policial, de modo a fiscalizar a tramitação prioritária dos expedientes policiais relativos a crimes/atos infracionais contra crianças e adolescentes, assegurando a interlocução necessária com a autoridade policial para fim de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



realização, quando necessário, do depoimento especial judicial em sede cautelar de antecipação de prova e para a célere conclusão das investigações;

4.9. Apoiar e acompanhar, através dos Centros de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM) e da Criança e Adolescente (CAOCA), os trabalhos dos promotores e das equipes técnicas no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas cautelares de antecipação de prova e para assegurar a necessária interlocução entre as diversas áreas do sistema de justiça entre si e com a rede de proteção;

4.10. Assegurar que no cumprimento das diligências decorrentes das ações do GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais sejam observadas as normas pertinentes à Lei nº13.431/2017, sempre que o ilícito sob investigação envolver criança ou adolescente na condição de vítima ou testemunha de violência.

CLÁUSULA QUINTA – DOS COMPROMISSOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 Autorizar e estimular os Defensores Públicos a participarem dos cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação correlata à Lei nº13.431/2017;

5.2 Autorizar e estimular os profissionais integrantes das equipes técnicas, a serviço da Instituição, a participarem de cursos de qualificação profissional, de modo que as aptidões necessárias sejam amplamente desenvolvidas, mormente para que possam atuar como assistentes técnicos;

5.3 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência;

5.4 Dotar a Defensoria Pública de membros destacados para a prestação da assistência qualificada jurídica da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso VII, da Lei 13.431/2017;

5.5. Apoiar e acompanhar os trabalhos dos defensores e das equipes técnicas no cumprimento da Lei 13.431/2017 nas comarcas, fomentando a realização de reuniões com a rede de proteção local para fim de dar efetividade às medidas protetivas e para assegurar a necessária interlocução entre as diversas áreas do sistema de justiça entre si e com a rede de proteção.

CLÁUSULA SEXTA – DOS COMPROMISSOS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.1 Autorizar e estimular Delegados de Polícia, Policiais Civis e membros de equipes técnicas a participarem de cursos de qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento e capacitação para que, deste modo, possam colaborar com a realização do depoimento especial, nos exatos termos previstos na multicitada lei;

6.2 Promover cursos de aperfeiçoamento funcional, abordando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítimas ou testemunhas de violência e colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

6.4 Orientar os Delegados de Polícia para que priorizem as investigações que versem sobre ilícitos penais que tenham crianças ou adolescentes como vítimas ou testemunhas em face dos comandos constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, cientificando imediatamente ao Ministério Público a instauração de procedimento policial com tal finalidade, em atenção ao disposto no art.13, da Lei nº13.431/2017;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA.
AQUI É
TRABALHO.



6.5 Orientar os Delegados de Polícia no sentido de que o depoimento especial de criança e adolescente, vítima ou testemunha de violência, no âmbito da unidade policial é medida excepcional (**art.11, caput, da Lei nº13.431/2017**) e deverá ser realizado apenas quando a Autoridade Policial o considere **(I)** indispensável para a coleta de elementos mínimos necessários para representar pela produção antecipada de prova em juízo, **(II)** em situação de flagrante delito e **(III)** na hipótese de autoria desconhecida, sempre assegurando o direito da criança/adolescente de ser ouvida (o) quando assim solicitar ou de permanecer em silêncio;

6.6 Orientar os Delegados de Polícia para que, em havendo efetiva necessidade de realização da oitiva da criança ou adolescente, que representem, com a brevidade possível, pela produção antecipada de prova, assim agindo obrigatoriamente nas hipóteses do art. 11, § 1º, incisos I e II, da Lei 13.431/17, encaminhando ao Ministério Público cópia dos atos investigatórios realizados, independentemente da conclusão do procedimento policial;

6.7 Orientar os delegados e agentes da Polícia Civil que envidem esforços investigativos para que o depoimento especial não seja o único meio de prova do ilícito (art.22, Lei 13.431/2017);

6.8 Orientar os Delegados de Polícia que representem ao Poder Judiciário, com a necessária celeridade, pela fixação das medidas protetivas previstas no art. 21, incisos I a IV, da Lei 13.431/17, máxime quando a hipótese versar sobre crianças e adolescentes em situações de risco;

6.9. Disponibilizar, no âmbito das regionais, ao menos uma sala destinada ao depoimento especial, com ambiente acolhedor e seguro, que garanta a privacidade da criança ou do adolescente e impeça o contato com o suposto autor ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento, devendo ser devidamente equipada com aparelhagem que permita a gravação audiovisual;

6.10. A escuta especializada poderá ser realizada na Delegacia de Polícia, onde não for possível depoimento especial, valendo-se de facilitador capacitado, ambiente seguro e acolhedor;

6.11. Adotar as providências para que, nas hipóteses em que a realização do depoimento especial pela Autoridade Policial seja indispensável, ou em se tratando de espontânea manifestação da criança ou do adolescente no sentido de prestar as suas declarações, que a entrevista seja promovida por profissional capacitado, nos termos da lei 13.431/2017;

6.12 Orientar os Delegados de Polícia para que somente expeçam guia para a realização de perícia quando o fato noticiado revelar a existência de vestígios, zelando para que a coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência sejam realizadas pelo Instituto Médico Legal (IML) ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo, que entregará o material para perícia imediata, observado o disposto no art. 18 da Lei 13.431/2017;

6.13 Orientar o corpo técnico do IML/DPT/BA para que priorize a realização das perícias que versem sobre ilícitos penais que tenham crianças ou adolescentes como vítimas, evitando-se a oitiva da criança e do adolescente sobre o fato;

6.14 Disponibilizar no âmbito do IML/DPT/BA espaços adequados ao acolhimento e atendimento a crianças ou adolescentes no momento da realização da perícia técnica, preservando-se a sua privacidade e o contato com qualquer pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento;

6.15 Promover a revisão dos quesitos inseridos nos formulários do DPT/BA, em especial da perícia em sexologia, de modo a adequá-los às diretrizes da Lei nº13.431/2017;

6.16 Estabelecer fluxo de atendimento integrado entre as delegacias de polícia e os departamentos de perícia técnica a fim de assegurar a celeridade na tramitação das diligências técnicas, logo após a revelação da violência.

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 020261/2025-007 pg. 58



CLÁUSULA SÉTIMA – DOS COMPROMISSOS DA OAB-BAHIA

7.1 Promover cursos de aperfeiçoamento profissional, abordando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítimas ou testemunhas de violência e colaborar com as instituições partícipes na realização de cursos relacionados à Lei nº13.431/2017;

7.2 Colaborar na difusão entre os advogados e nas subseções da OAB-BA do fluxo acordado no âmbito do sistema de justiça para a implementação da Lei nº13.431/2017 nas comarcas do estado da Bahia.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação Técnica não implica no repasse de recursos financeiros entre os partícipes, salvo o custeio, com recursos próprios, do desenvolvimento de atividades relativas à execução deste Acordo, a cargo de cada parte.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo admitida sua prorrogação, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA

As partes poderão denunciar, por escrito e a qualquer tempo, mediante aviso formal aos partícipes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o presente Acordo, mantidas, entretanto, as responsabilidades das obrigações assumidas durante a vigência da cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos compromissos, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os partícipes estabelecem, ainda, as seguintes condições:

12.1. Todas as comunicações relativas a este Acordo serão consideradas como regularmente efetuadas, e realizadas por meio eletrônico oficial ou entregues mediante protocolo, aos endereços eletrônicos ou físicos dos representantes credenciados pelos partícipes;

12.2. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam influenciar a boa execução deste Acordo, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados, que poderão ser substituídos por gravações disponibilizadas por aplicativos de plataformas digitais, quando se tratar de reuniões virtuais;

12.3. Eventuais dúvidas oriundas deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser solucionadas na via administrativa, por intermédio das autoridades encarregadas da sua execução.



12.4 Em cumprimento ao disposto no art. 174 da Lei Estadual nº 9.433/2005 e, considerando a inexistência de repasse de recursos financeiros entre os partícipes, as informações que deveriam constar no Plano de Trabalho, já estão incluídas nas Cláusulas deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Fica, expressamente, reservado às partes o direito de fiscalizar e acompanhar, a qualquer momento, o exato cumprimento das obrigações assumidas, constantes do presente instrumento.

Os partícipes indicam, neste ato, seus respectivos representantes para implementação e cumprimento do presente Termo de Cooperação:

Pelo TJ/BA: Dr. Emílio Salomão Pinto Resedá, Desembargador, Coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude;

Pela SSP/BA: Dra. Luciana São Mateus Carvalho Valverde, Delegada de Polícia Civil, Assessora Técnica no Gabinete do Delegado – Geral da Polícia Civil;

Pelo MP/BA: a) Dra. Márcia Rabelo Sandes, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente;

b) Dr. André Luís Lavigne Mota, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal;

Pela DPE/BA: Dra. Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, Defensora Pública, Coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Pela OAB/BA: Dra. Ana Caroline Trabuco, Advogada, Presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos no Termo de Cooperação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando, à Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as questões decorrentes da celebração ou execução do presente instrumento que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado na imprensa oficial, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, nos termos do §1º do art. 131 c/c art. 183 da Lei Estadual 9.433/2005.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



Por assim estarem plenamente de acordo, as partes se obrigam ao fiel cumprimento dos termos do presente instrumento, que segue em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, assinadas pelos partícipes e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou fora dele.

Salvador, 25 de janeiro de 2022.

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE [REDACTED]
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Desembargador Lourival Almeida Trindade
Presidente

Assinado de forma digital por LOURIVAL
ALMEIDA TRINDADE [REDACTED]
Dados: 2022.01.21 15:29:40 -03'00'

NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO [REDACTED]
CAVALCANTI [REDACTED]
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Procuradora Geral de Justiça

Assinado de forma digital por
NORMA ANGELICA REIS CARDOSO
CAVALCANTI [REDACTED]
Dados: 2022.03.14 15:01:17 -03'00'

RAFSON SARAIVA XIMENES [REDACTED]

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA [REDACTED]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:06:36 -03'00'

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
Rafson Saraiva Ximenes
Defensor Público Geral

RICARDO CESAR
MANDARINO
BARRETTO [REDACTED]
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA
Ricardo César Mandarino Barretto
Secretário de Estado

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR
MANDARINO BARRETTO [REDACTED]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial,
ou=15257819000106, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco),
cn=RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO:04830733500
Dados: 2022.01.27 08:14:29 -03'00'

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA
Heloísa Campos de Brito
Delegada Geral

DANIELA LIMA DE
ANDRADE
BORGES [REDACTED]
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO BAHIA
Daniela Lima de Andrade Borges
Presidente

Assinado de forma digital por
DANIELA LIMA DE ANDRADE
BORGES [REDACTED]
Dados: 2022.02.24 17:37:05 -03'00'

Testemunhas:

1. _____
Nome:

2. _____
Nome:

[Digite aqui]



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

BAHIA,
AQUI É
TRABALHO.



BAHIA

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6820-14F9-23AE-6FE9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6820-14F9-23AE-6FE9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6820-14F9-23AE-6FE9



Hash do Documento

6777EDE413F9E1ED774493018414E388CB5527C1D9C779FB7858CB65BFEEABE6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

☒ heloisa campos de britto (Parte) - [REDACTED] em 31/01/2022

16:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, com a interveniência da POLÍCIA CIVIL, e ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA

O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR ESCOPO ESTABELECE O PLANO DE ATUAÇÃO DOS COOPERANTES ABAIXO IDENTIFICADOS PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS COM O TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE ELES CELEBRADO, EM ATENÇÃO AO QUANTO DISPOSTO NO ARTIGO 171 DA LEI ESTADUAL/BA Nº 9.433/2005.

1 – PARTÍCIPIES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF nº 13.100.722/0001-60

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 560, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3372-5007 / 5008

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida, nº 750, CEP 41.745-004, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3103-0100

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 07.778.585/0001-14

ENDEREÇO: Avenida Ulysses Guimarães, nº 3386, Edf. MultiCab Empresarial, CEP 41.745-007, Salvador-BA

TELEFONE: (71) 3117-9160

ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.149/0001-43, com interveniência da **Polícia Civil do Estado da Bahia**, com sede na Rua Treze de Maio, S/N, Piedade, Salvador-BA

ENDEREÇO: Centro Administrativo da Bahia, 4ª Avenida, nº 430, Novo Horizonte, Salvador/BA

TELEFONE: (71) 3115-9249

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO BAHIA

CNPJ sob o nº 14.259.469/0001-54

ENDEREÇO: Rua Portão da Piedade, nº 16, Barris, CEP 40.070-045, Salvador/BA

TELEFONE: (71) 3329-8900

2 – OBJETO A SER EXECUTADO

O Termo de Cooperação tem por objeto a cooperação entre os partícipes, com o escopo de implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento do fluxo especificado a seguir no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

LOURIVAL ALMEIDA
TRINDADE
Assinado de forma digital
por LOURIVAL ALMEIDA
Dados: 2022.01.21 15:33:47
-03'00'

1/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

3 – JUSTIFICATIVA

A cooperação fundamenta-se no atendimento das disposições da Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017 e do Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

4 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES/ METAS A SEREM ATINGIDAS

4.1 Efetivar a cooperação interinstitucional com o escopo de sedimentar, nas respectivas áreas de atuação dos partícipes, as condições necessárias para a concretização da sistemática de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, nos termos previstos na Lei Federal nº13.431/2017, inclusive mediante elaboração de normativa e fluxos internos no âmbito das respectivas instituições;

4.2 Desenvolver estratégias para a implementação e fortalecimento das redes de proteção à criança e ao adolescente em todos os municípios da Bahia, estimulando o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e atendimento qualificado das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência e suas respectivas famílias;

4.3 Difundir, entre os seus membros, a necessidade de a atuação funcional se adequar às diretrizes previstas na Lei nº 13.431/2017, de modo a evitar a oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, máxime quando a demonstração da ocorrência dos fatos puder ser realizada por outros meios de prova permitidos em lei, ressalvada sua manifesta intenção de prestar declarações;

4.4 Capacitar membros e servidores das instituições partícipes para que assegurem a observância da sistemática do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com a Lei Federal nº13.431/2017 e Decreto Federal nº 9.603/2018;

4.5 Recomendar aos seus membros que seja seguido o fluxo abaixo, parte integrante do Termo de Cooperação;

4.6. Alocar em suas propostas orçamentárias os recursos necessários ao fiel cumprimento dos compromissos delineados no Termo de Cooperação, de modo a implementar de forma efetiva a Lei nº13.431/2017 no Sistema de Justiça do estado da Bahia.

5 – FLUXO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.431/2017

Os partícipes elaboraram o fluxo abaixo, também anexado ao Termo de Cooperação e dele integrante, comprometendo-se a aplicá-lo no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local dos municípios do estado da Bahia, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

LOURIVAL
ALMEIDA
TRINDADE

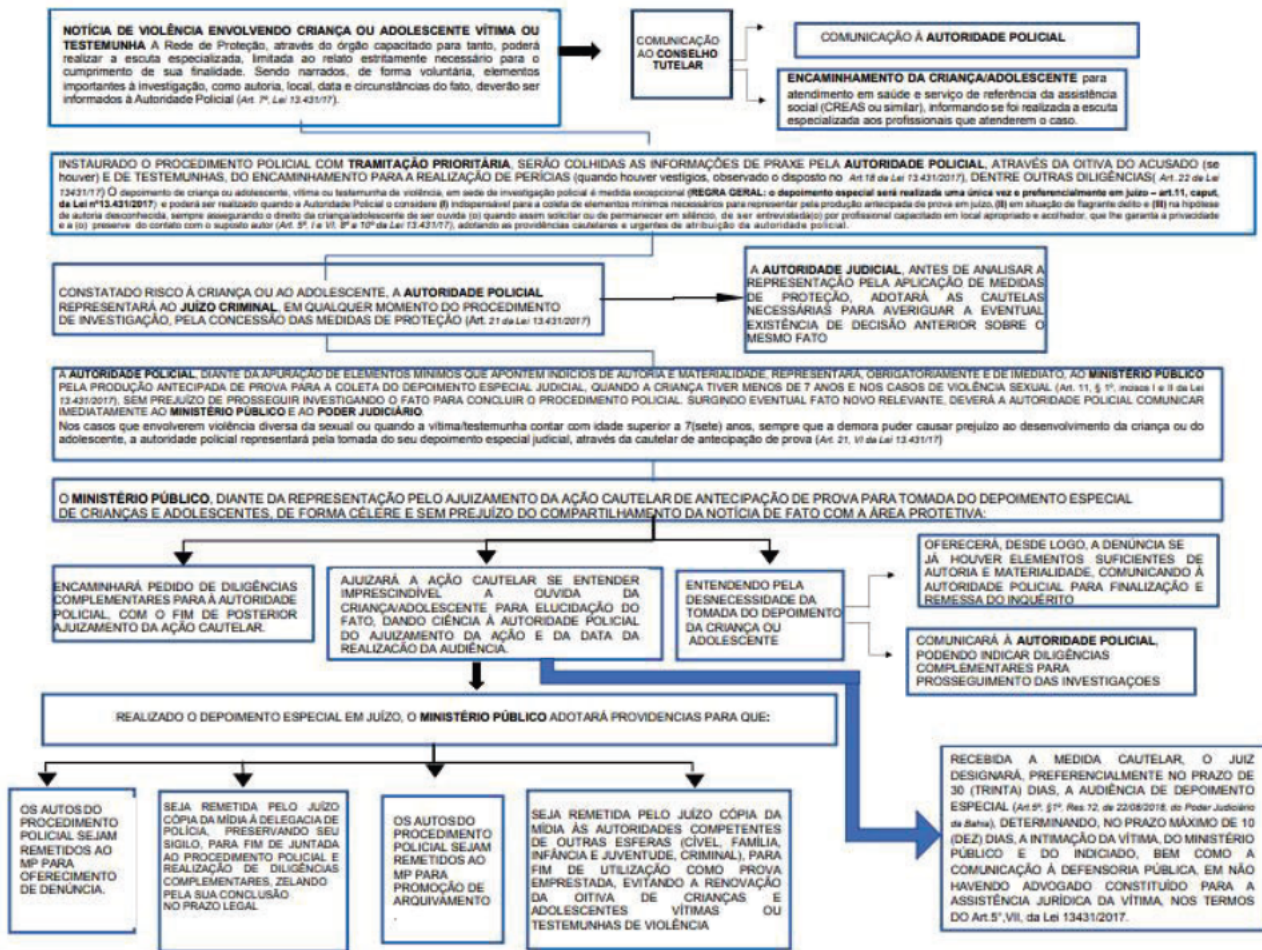
Dados: 2022.01.21
15:34:15 -03'00'

2/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

Fluxo para Implementação da Lei nº 13.431/2017 – SISTEMA DE JUSTIÇA



6 – LOCAL DE EXECUÇÃO

As atividades decorrentes do presente Plano de Trabalho serão executadas nos municípios do estado da Bahia.

7 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A execução do Plano de Trabalho decorrente do Termo de Cooperação celebrado entre os signatários não envolve transferência de recursos financeiros entre os mesmos, de modo que a hipótese se enquadra na exceção prevista no §1º, do artigo 171 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A execução do Plano de Trabalho decorrente do Termo de Cooperação celebrado entre os signatários não envolve transferência de recursos financeiros entre os mesmos, de modo que a hipótese se enquadra na exceção prevista no §1º, do artigo 171 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

LOURIVAL
ALMEIDA

Assinado de forma
digital por LOURIVAL
ALMEIDA
TRINDADE
Dados: 2022.01.21
15:34:58 -03'00'

3/4

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

6C02-0D4F-19EC-3EDD.

9 – PERÍODO DE EXECUÇÃO

O Plano de Trabalho vigorará durante todo o período de vigência do Termo de Cooperação celebrado entre as partes, qual seja, 36 (trinta e seis) meses, contados da sua assinatura, admitida sua prorrogação na hipótese de prorrogação do instrumento que lhe dá causa.

Salvador/BA, 25 de janeiro de 2022.

LOURIVAL ALMEIDA

TRINDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Desembargador Lourival Almeida Trindade

Presidente

NORMA ANGELICA REIS

CARDOSO

CAVALCANTI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

Procuradora Geral de Justiça

Assinado de forma digital por
LOURIVAL ALMEIDA

TRINDADE
Dados: 2022.01.21 15:35:37 -03'00'

Assinado de forma digital por NORMA
ANGELICA REIS CARDOSO

CAVALCANTI
Dados: 2022.03.14 15:00:24 -03'00'

RAFSON SARAIVA XIMENES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Rafson Saraiva Ximenes

Defensor Público Geral

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA XIMENES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:07:52 -03'00'

RICARDO CESAR MANDARINO

BARRETTO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Ricardo César Mandarino Barretto

Secretário de Estado

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR MANDARINO
BARRETTO
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial, ou=15257819000106, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO:04830733500
Dados: 2022.01.27 08:16:51 -03'00'

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

Heloísa Campos de Brito

Delegada Geral

DANIELA LIMA DE

ANDRADE

BORGES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL -SEÇÃO BAHIA

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente

Assinado de forma digital por
DANIELA LIMA DE ANDRADE
BORGES
Dados: 2022.02.24 17:39:29 -03'00'

Este documento foi assinado digitalmente por Heloisa Campos De Brito.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6C02-0D4F-19EC-3EDD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6C02-0D4F-19EC-3EDD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6C02-0D4F-19EC-3EDD



Hash do Documento

8E13481C826C2CB710C9B4D944110E9F2559BE448AB557FEC48877D84BE43324

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

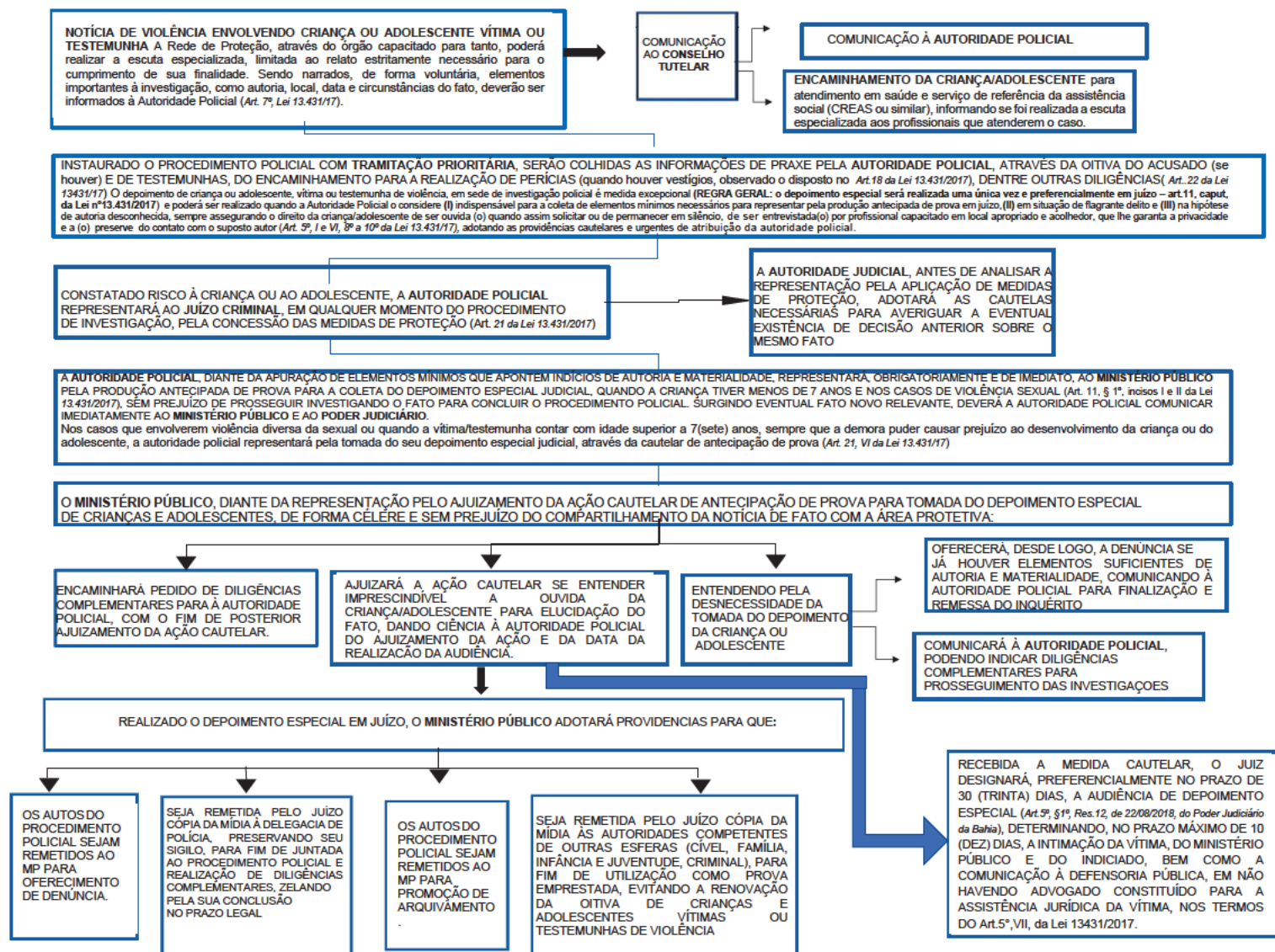
☒ heloisa campos de brito (Parte) - [REDACTED] em 31/01/2022

16:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Fluxo para Implementação da Lei nº 13.431/2017 – SISTEMA DE JUSTIÇA



NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Assinado de forma digital por NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Dados: 2022.03.14 14:59:57 -03'00'

RAFSON SARAIVA XIMENES

Assinado de forma digital por RAFSON SARAIVA XIMENES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=96770573000173, cn=RAFSON SARAIVA XIMENES:81533659591
Dados: 2022.01.24 14:08:48 -03'00'

LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

Assinado de forma digital por LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Dados: 2022.01.21 15:36:37 -03'00'

DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES

Assinado de forma digital por DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES
Dados: 2022.02.24 17:41:11 -03'00'

RICARDO CESAR MANDARINO BARRETTO

Assinado de forma digital por RICARDO CESAR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7363-4BF1-05F5-2EC1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7363-4BF1-05F5-2EC1



Hash do Documento

C414106A634B7A9127203E26282968641FC381FA69227DF1CEEB94465A522C6D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/02/2022 é(são) :

☒ heloisa campos de britto (Parte) - 665.213.005-04 em 31/01/2022

16:16 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Retorno o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, informando com as vias assinadas pela Exma. Procuradora-Geral de Justiça.

ALICE PARADA COSTA
Assessoria de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 11/09/2021 às 15h30, conforme art. 1º, III, b, VI, da Lei 11.127/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemas.mp4.al.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0313127** e o código CRC **E2C7596D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Unidade demandante acompanhado do extrato do resumo do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o objetivo de estabelecer a a cooperação entre os partícipes, com o escopo de implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento de fluxo específico, no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.057, do dia 15/03/2022.

No ensejo, informamos que o ajuste encontra-se registrado nesta Coordenação sob o código D 221, com vigência final em 14/03/2025.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos de Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 13/20/, 2, , às 2: 51 à con.orme artº 11 à "" à d. bda 4ei 11f 19/, 226º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2 in.ormando o código veri.icador **0313571** e o código CRC **FCC4EB54º**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**GABINETE****DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Procedimento nº 19.09.02319.0010982/2021-06 - Processo de Reparação de Danos ao Erário para apuração da existência dos elementos da responsabilidade civil, quantificação do dano e adimplemento da obrigação referente à cobrança de "ágio" na execução do contrato nº. 035/2017 celebrado com a empresa Trivale Administração Ltda, CNPJ 00.604.122/0001-97, representada por Cleidson Matos de Abreu, Advogado: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870). Parecer Técnico-Jurídico nº 612/2021. Decisão: O Superintendente de Gestão Administrativa, no procedimento em epígrafe, decide pela extinção do processo com resolução do mérito, com o consequente arquivamento, com fulcro no art. 37, da Lei Estadual nº. 12.209/2011, ante a confirmação do pagamento do valor calculado pela Administração. Salvador, 14/03/2022.

PORTARIA Nº 071/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00855.0015861/2021-77, RESOLVE prorrogar, por mais 30 (trinta) dias úteis, a partir do dia 07/03/2022, o prazo da Comissão de Sindicância, constituída através da Portaria nº 267/2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 29/09/2021.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 14 de março de 2022.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA nº 02/2022 – SEI nº 19.09.02687.0013699/2021-43. OBJETO: Obra de construção da sede da Promotoria de Justiça Regional de Euclides da Cunha, conforme disposições contidas no edital e em todos os seus anexos. DATA E HORÁRIO LIMITES PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 18/04/2022 às 18:00 horas (Horário local), no Protocolo-Geral do Prédio sede do Ministério Público do Estado da Bahia, sito à 5a Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Sessão a ser realizada mediante VIDEOCONFERÊNCIA, com uso da ferramenta Microsoft Teams, no dia 19/04/2022 às 09:30 horas (horário local). Observações: O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos no site <https://mpba.mp.br/licitacao/61440>. O link de acesso a cada sessão virtual será divulgado na página oficial relativa a este certame (acima indicada), na véspera do respectivo dia designado pela Comissão de Licitação. Informações: licitacao@mpba.mp.br.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 167/2022, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022, UASG 926302, PROCESSO nº 19.09.02007.0010877/2020-30, OBJETO: EQUIPAMENTOS DE FOTO E VÍDEO, conforme descrito a seguir:

EMPRESA VENCEDORA	CNPJ	LOTE
PUBLIC SHOP ELETRO ELETRONICOS EIRELI	34.354.190/0001-67	01

Lote 02 restou FRACASSADO, e o lote 03 restou DESERTO.

Salvador-Ba - Frederico Welington Silveira Soares - Superintendente.

RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017. Procedimento SEI: 19.09.02168.0020261/2021-50 Parecer Jurídico: 651/2021. Participes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, e da Polícia Civil do Estado da Bahia e Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Bahia. Objeto: a cooperação entre os participantes, com o escopo de implementar a Lei 13.431/2017 em todas as comarcas do estado da Bahia, mediante cumprimento de fluxo específico, no âmbito do Sistema de Justiça, sem prejuízo dos ajustes pertinentes com a rede local, de modo a conferir proteção integral e efetiva as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura, sendo admitida a prorrogação por meio de termo aditivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

DETERMINO:

I - à Coordenação Administrativa da UEP:

- a) a elaboração de infomail para compartilhar com a classe o Termo de Cooperação Interinstitucional e Fluxo do Depoimento Especial (Lei 13.431/2017). A divulgação deve ocorrer na semana do webinar referente à Lei do Depoimento Especial, a ser realizado em 19/05/2022;
- b) a inserção do Termo de Cooperação, Plano de Trabalho e Fluxo da Lei 13.431/2017, relativos ao Depoimento Especial, bem como a Publicação no DJe no sistema de governança CHANNEL;
- c) arquivamento do Termo de Cooperação, Plano de Trabalho, Fluxo e Publicação no DJe na pasta relacionada ao Plano de Ação da Lei da Escuta;

II - à Coordenação Administrativa da UATA:

- a) a inserção do Termo de Cooperação, Plano de Trabalho e Fluxo da Lei 13.431/2017, relativos ao Depoimento Especial, na Biblioteca Virtual do CAOCA, no arquivo temático próprio;
- b) o arquivamento da mesma documentação na pasta de Termo de Cooperação do CAOCA;

Cumpra-se, dando o expediente como encerrado.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rabelo Sandes** em 09/05/2022, às 17:41, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0356630** e o código CRC **20C638E0**.

Data de Envio:

10/05/2022 12:12:07

De:

MPBA/CAOCA - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO <caoca@mpba.mp.br>

Para:

marciarabelo@mpba.mp.br

Assunto:

Processo SEI-Contrato Depoimento Especial

Mensagem:

Dra. Márcia,

Na sua manifestação a Sra. pede, a inserção do Termo de Cooperação, Plano de Trabalho e Fluxo da Lei 13.431/2017, relativos ao Depoimento Especial, na Biblioteca Virtual do CAOCA, no arquivo temático próprio;

A Servidora Patrícia Sá questionou se era no site, pois, seria uma divulgação com assinaturas de muitas pessoas. O arquivamento em pasta própria na Pasta Compartilhada, já fiz. Aguardo seu retorno se é para inserir no site ou não.

Att,

Patrícia Nepomuceno
Coordenadora Administrativa

Anexos:

Manifestacao_0356630.html



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e arquivado no âmbito deste CAOCRIM o referido Termo de Cooperação, de ordem do Coordenador deste Centro, dê-se por encerrado.



Documento assinado eletronicamente por **Crisna Rodrigues Azevedo** em 13/05/2022, às 12:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0360966** e o código CRC **B936C774**.